

ANA MARIA DE OLIVEIRA

A INTERFERÊNCIA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NEOPENTECOSTAIS  
NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MS: UM OLHAR A PARTIR DA FEDERAÇÃO  
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL  
(FETEMS)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)  
CAMPO GRANDE 2023

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

A INTERFERÊNCIA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NEOPENTECOSTAIS  
NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MS: UM OLHAR A PARTIR DA FEDERAÇÃO  
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL  
(FETEMS)

ANA MARIA DE OLIVEIRA

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Diversidade Cultural e Educação Indígena

Orientador: Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros.



CAMPO GRANDE – MS  
2023

048i Oliveira, Ana Maria de

A interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais na educação pública de MS: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)/ Ana Maria de Oliveira sob orientação do Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros.-- Campo Grande, MS : 2023.

120 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2023

Bibliografia: p. 93- 97

1. Políticas educacionais. 2. Igrejas neopentecostais.  
3. Movimento social sindical I.Medeiros, Heitor Queiroz de. II. Título.

CDD: 379.2

**“A INTERFERÊNCIA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NEOPENTECOSTAIS NO  
PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA  
EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DA FEDERAÇÃO DOS  
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (FETEMS)”**

**ANA MARIA DE OLIVEIRA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros (PPGE/UCDB) Orientadora e Presidente da Banca 

 Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra (PPGen/IFMT) Examinador Externo 

Prof. Dr. José Licínio Backes (PPGE/UCDB) Examinador Interno 

Campo Grande/MS, 30 de agosto de 2023.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)  
CAMPO GRANDE - MS  
2023**

## **DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS**

Dedico esta dissertação a todos os profissionais da educação que lutam dia após dia em defesa da Educação Pública.

Agradeço a generosidade e dedicação de tempo aos Diretores e Diretoras da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul/FETEMS que nas entrevistas concedidas para elaboração desta dissertação compartilharam angústias, inquietudes e expectativas em relação ao problema apresentado.

Com muito carinho agradeço as contribuições da banca examinadora: Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra (PPGen/IFMT) me reconhecendo na leitura como “companheira de luta” evidenciando que a pesquisa deve estar nas trincheiras da mesma. Ao Prof. Dr. José Licínio Backes (PPGE/UCDB) me revelando o que sou desde sempre “sobrevivente e resistente” e ao meu caríssimo orientador Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros (PPGE/UCDB) que nestes tempos de estudos e tantas outras situações que atravessei em minha vida, manifestou humanidade, solidariedade e compaixão compreendendo a divisão do meu tempo em trabalho, estudos e cuidados com os meus, quando isso foi extremamente necessário.

Aos meus familiares, às amigas de longa data e às construídas nesta caminhada do Mestrado, especialmente aos amigos e amigas da Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena/ PPGE-UCDB, mesmo de maneira virtual senti a presença do carinho, apoio e amparo de vocês, sou muito grata por tudo.

OLIVEIRA, Ana Maria. **A INTERFERÊNCIA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NEOPENTECOSTAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MS: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)**. Campo Grande, 116 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

## RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida na Linha de Pesquisa III - Diversidade Cultural e Educação Indígena do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco- PPGE/UCDB e está vinculada ao Grupo de pesquisa: Diversidade Cultural, Educação Ambiental e Arte. Foi elaborada na área da Educação e apresenta como Objetivo Geral: Analisar a interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais na Educação Pública de MS: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS). E como objetivos específicos: a) compreender o papel da Federação dos Trabalhadores em Educação na elaboração das Políticas Educacionais do estado de Mato Grosso do Sul. b) Identificar quem são e como as igrejas Neopentecostais vem desenvolvendo ações em busca de influenciar as Políticas Educacionais a partir de suas crenças. c) Demonstrar como a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) tem trabalhado estas interferências das igrejas e dos grupos neopentecostais. Nos amparamos metodologicamente nos estudos pós-críticos em educação (MEYER;PARAÍSO,2014) construindo a dissertação sob perspectiva qualitativa, é autoetnográfica pois minha vivência pessoal, profissional e sindical estará atravessada neste texto embasado em (VERSIANI, 2020), (ADMS,ELLIS e JONES, 2020.Utilizamos também entrevistas semiestruturadas (SILVEIRA,2012) para articular a fala de vinte diretores/as da Federação Estadual dos Trabalhadores em Educação entrevistados às discussões do grupo Modernidade e Colonialidade. Os resultados da pesquisa apontam para as várias situações de interferências de grupos relacionados às Igrejas Evangélicas Neopentecostais nas políticas educacionais e também no desenvolvimento de conteúdos e atividades nas escolas públicas de MS, que tem causado prejuízos tanto aos alunos e também aos profissionais que são tolhidos de desempenhar a função pedagógica, causando também situações de adoecimento, por sofrerem com constrangimentos e ameaças por parte destes grupos. Ressaltamos também o papel da FETEMS, de como tem atuado no combate a estas interferências e o que precisa ainda ser feito para deter o avanço destes grupos que atentam contra o inciso II do artigo 206 da Constituição Federal “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento a arte e o saber” (BRASIL, 1988).

**PALAVRAS CHAVE:** Políticas Educacionais, Igrejas Neopentecostais, Movimento Social Sindical.

**OLIVEIRA, Ana Maria. THE INTERFERENCE OF NEOPENTECOSTAL EVANGELICAL CHURCHES IN PUBLIC EDUCATION IN MS: a look from the Federation of Education Workers of Mato Grosso do Sul (FETEMS). Campo Grande, 116 p. Master's Thesis, Dom Bosco Catholic University – UCDB.**

### **SUMMARY**

This dissertation was developed in Research Line III - Cultural Diversity and Indigenous Education of the Postgraduate Program in Education at the Dom Bosco Catholic University - PPGE/UCDB and is linked to the Research Group: Cultural Diversity, Environmental Education and Art. It was prepared in the area of Education and has the General Objective: Analyze the interference of Neo-Pentecostal Evangelical Churches in Public Education in MS: a look from the Federation of Education Workers of Mato Grosso do Sul (FETEMS). And as specific objectives: a) understand the role of the Federation of Education Workers in the elaboration of Educational Policies in the state of Mato Grosso do Sul. b) Identify who they are and how Neo-Pentecostal churches have been developing actions in search of influencing Educational Policies to from your beliefs. c) Demonstrate how the Federation of Education Workers of Mato Grosso do Sul (FETEMS) has worked with these interferences from churches and neo-Pentecostal groups. We are methodologically supported by post-critical studies in education (MEYER;PARAÍSO,2014) constructing the dissertation from a qualitative perspective, it is autoethnographic as my personal, professional and union experience will be covered in this text based on (VERSIANI, 2020), (ADMS,ELLIS and JONES, 2020. We also used semi-structured interviews (SILVEIRA, 2012) to articulate the speech of twenty directors of the State Federation of Education Workers interviewed in the discussions of the Modernity and Coloniality group. The results of the research point to the various situations of interference of groups related to the Neo-Pentecostal Evangelical Churches in educational policies and also in the development of content and activities in public schools in MS, which has caused harm to both students and professionals who are prevented from performing the pedagogical function, also causing situations of illness, for suffering from embarrassment and threats from these groups. We also highlight the role of FETEMS, how it has acted to combat these interferences and what still needs to be done to stop the advancement of these groups that violate section II of article 206 of the Federal Constitution “freedom to learn, teach, research, disseminate thought, art and knowledge” (BRASIL, 1988).

**KEYWORDS:** Educational Policies, Neo-Pentecostal Churches, Social Union Movement.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACP	Associação Campo-Grandense de Professores
CF	Constituição Federal
CONAE	Conferência nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAPE	Conferência Nacional Popular de Educação
ESP	Escola Sem Partido
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FEPROSUL	Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul
FETEMS	Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
FNE	Fórum Nacional de Educação
FNPE	Fórum Nacional Popular de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MS	Mato Grosso do Sul
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
MS	Mato Grosso do Sul
SIMTED	Sindicato Municipal de Trabalhadores em Educação
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** – Manifestação na Câmara Municipal de Campo Grande/MS contra o Projeto Escola Sem Partido

**Figura 2** – Manifestação na Câmara Municipal de Campo Grande/MS contra o Projeto Escola Sem Partido

**Figura 3** – Manifestação de Professores na Audiência Pública chamada pela Deputada Estadual Mara Caseiro realizada na Câmara Municipal de Campo Grande- MS

**Figura 4** - Manifestação de Professores na Audiência Pública chamada pela Deputada Estadual Mara Caseiro realizada na Câmara Municipal de Campo Grande- MS

## **LISTA DE APÊNDICES**

Roteiro de Entrevistas

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
<b>3. O PAPEL DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (FETEMS) NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....</b>	<b>35</b>
<b>4. QUEM SÃO E COMO AS IGREJAS EVANGÉLICAS NEOPENTECOSTAIS VEM DESENVOLVENDO AÇÕES EM BUSCA DE INFLUENCIAR AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DE SUAS CRENÇAS. ....</b>	<b>49</b>
4.1. Como as ações dos grupos neopentecostais tem influenciado na qualidade de vida dos profissionais da educação da rede pública de Mato Grosso do Sul.....	75
4.2. O Papel da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) na resistência a pressão dos grupos neopentecostais no desenvolvimento de atividades com pautas identitárias.....	84
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>99</b>

*Nossos inimigos dizem: A luta terminou.*

*Mas nós dizemos: ela começou.*

*Nossos inimigos dizem: A verdade está liquidada.*

*Mas nós dizemos: Nós a sabemos ainda.*

*Nossos inimigos dizem: Mesmo que ainda se conheça a verdade, ela não pode mais ser divulgada.*

*Mas nós a divulgamos.*

*É a véspera da batalha.*

*É a preparação dos nossos quadros.*

*É o estudo do plano de luta.*

*É o dia antes da queda*

*De nossos inimigos.*

**Bertold Brecht**

## INTRODUÇÃO

### **Escrevo a partir de mim em um diálogo permanente com os meus**

Nasci pós enchente resultado da cheia do Rio Paraguai que resultou no alagamento total da área urbana da minha querida Porto Murtinho, os moradores da cidade tiveram que mudar-se para um acampamento denominado “cidade de lona”, meu pai era trabalhador em uma fazenda denominada Retiro Paraguaio, quando nasci cheguei ao mundo pelas mãos de uma parteira que me descobriu nas dores de minha mãe após três horas de nascimento de minha irmã gêmea Maria Cristina, passei minha infância no mato, no meio das plantas e da bicharada.

Aos sete anos mudei-me para a cidade de Porto Murtinho, pois até então morava na área rural, meu pai era peão de fazenda, para que pudesse iniciar a escolarização, mas eu já sabia ler e escrever, minha irmã mais velha me ensinou com as cartilhas que ela tinha da escola, sempre gostei de ouvir histórias, meus pais analfabetos valoravam muito que eu ouvisse notícias no rádio, lesse a eles notícias de jornais a que tivéssemos acesso. Quando frequentávamos a missa aos domingos sempre atentos se eu ia realizar leitura ou auxiliar na acolhida. Frequentei ensino fundamental e médio nas escolas públicas sempre estudando período matutino, como dizia meu pai “acorda e já vai estudar com bom ânimo”.

Aos dezessete anos terminei o Ensino Médio Técnico em Contabilidade na única escola estadual da cidade de Porto Murtinho, só existia duas opções, ou este curso ou o Magistério que tinha duração de um ano a mais sendo 4 anos, fiz contabilidade pelo curso ser mais curto 3 anos, já estava trabalhando de doméstica para ajudar minha família.

No ano de encerramento do curso Técnico em 1998 uma euforia dos professores que iriam ter que cursar nível superior por conta da LDB 9394 do ano de 1996 me contagiou, todos teriam que cursar Faculdade, incentivada por um professor que estava na Secretaria Municipal de Educação, o professor Giovane me inscrevi para o vestibular de Pedagogia na UFMS, pois teria um ônibus para levar os/as professores que já atuavam no Município para prestar vestibular no Município de Aquidauana.

Sem entender muito sobre o curso, fui eu prestei vestibular e passei, morei em uma república de estudantes com quatro amigas professoras na cidade de Aquidauana, nos anos 1999 a 2002, o tempo passou rápido, mas os 350 quilômetros longe da minha

família me fizeram sofrer bastante, via meus pais somente em julho e dezembro, meu pai adoeceu, a diabetes resultou na amputação de uma perna e faltando apenas seis meses para que eu concluísse o curso, o infarto o levou embora, não deu tempo de ver a primeira de seus quinze filhos concluir o curso superior, pois os meus irmãos mais velhos começavam a trabalhar em fazendas ou no comércio local, deixaram a escola para trabalhar e ajudar no sustento da família.

Vamos a explicação da minha numerosa família, o meu pai “seu Zé Mineiro Leiteiro” veio do Nordeste fugindo da fome, no interior de São Paulo casou-se, teve sete filhos, quando o caçulo estava com dois anos a esposa do meu pai e mãe das crianças morreu de câncer, minha mãe dona Santa mineira, que também veio para o interior de São Paulo trabalhar na colheita de algodão e café junto com seus dez irmãos, conheceu meu pai viúvo e foi trabalhar ajudar cuidar as crianças. Pois bem casou-se e teve mais oito filhos, somos então uma numerosa família de irmãos, sobrinhos, netos, bisnetos, meu pai e dois irmãos, caçulo do meu pai que como já expliquei acima era viúvo ao casar-se com minha mãe tinha como filho mais novo uma criança de apenas 2 anos de idade, este por conta de um câncer veio a falecer no início do ano de 2022, e meu irmão caçulo resultado da união com minha mãe aos 26 anos deixou-nos, para estar em outro plano, já estão com Deus, olham a gente lá de cima.

Após concluir o curso de Pedagogia na UFMS campus de Aquidauana, nos 4 anos de aulas presenciais, retornei à minha cidade de Porto Murtinho, passei no concurso Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Educação no ano de 2003, como professora de Educação Infantil- 1º etapa da Educação Básica, tomei posse do cargo na Escola Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos, com as turmas de Educação Infantil vivenciei, muito barulho, algazarra, aulas passeios, observar o rio, tinha lido Paulo Freire na faculdade e trago comigo “a educação só acontece na boniteza e na alegria” (1997, p. 67) por várias vezes utilizei esta frase para justificar a movimentação intensa das turmas que atuei.

No ano de 2004 atuei na Coordenação das séries finais Ensino Fundamental por um ano na Escola Municipal Thomaz Larangeiras, durante este período fazia especialização em Métodos em Técnicas de Ensino na cidade de Aquidauana, viajava de dois em dois meses para as aulas presenciais de uma semana, e após meu pai falecer incentivamos minha mãe a estudar em grupo de Alfabetização de Adultos, durante as tardes minha mãe levava as senhoras colegas de turma e a criançada “netos” delas lá pra

casa, tomavam suco das plantas do nosso quintal, chás das ervas que ela cultivava por ali também, sempre trocando receitas de remédios/ chás para aliviar ou prevenir alguma enfermidade. Isso fez com que minha mãe, dona de casa a vida toda que cuidou a criançada, organizou comida e roupa pronta, que não teve oportunidade de estudar enquanto criança, superasse a partida do meu pai e estabelecesse novas relações de apoio e amizade.

No ano de 2005 a 2007 atuei como Diretora do Centro de Educação Infantil Laura Vicuña, neste mesmo período cursei outra especialização em Gestão Escolar na UFMS na cidade de Aquidauana. Durante uma aula sobre documentos institucionais informei que não havia no CEI que eu estava atuando um Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>1</sup>, a professora orientou então que construíssemos.

Durante os anos de 2005 e 2006 conversei com a comunidade escolar do C.E.I Laura Vicuña sobre este documento, tínhamos roda de conversa com café da manhã compartilhado, podiam levar as crianças no sábado e íamos revezando quem cuidava, quem ficava brincando no parquinho, e dessa maneira fomos construindo o documento da nossa instituição com participação de todos os envolvidos, a elaboração do Projeto Político Pedagógico foi o meu trabalho de conclusão de curso finalizado em 2006.

Ao ouvir as mães, digo mães pois estavam lá em maioria, avós, tias fui constatando algumas situações que elas me diziam ser constrangedora, pois como nossa cidade é na fronteira com o Paraguai e a devoção à Virgencita de Caacupê é muito presente, sempre tem muitos alunos “promesseiros de Caacupê” crianças que durante os primeiros sete anos de vida não cortam o cabelo para ser doado para construção de perucas para a Virgencita de Caacupê. Causava incomodo nas mães, avós, tias quando profissionais da instituição diziam que cabelo dos meninos era para ser curto e que dava muito trabalho para pentear e que a instituição não tinha nada a ver com promessas. Ou seja, as promessas religiosas causavam um certo desconforto no cotidiano escolar, que dentro da nossa temática acaba sendo uma interferência da religião na educação.

Nas nossas rodas de conversa sobre o que deveria constar no documento da Instituição, no Projeto Político Pedagógico, também conversávamos sobre a rotina

---

<sup>1</sup> O PPP é o documento que organiza as atividades pedagógicas que a escola realizará. É um guia administrativo da instituição e na condução do aprendizado dos estudantes com base na LDB 9394/96. A partir do PPP, pais e responsáveis de estudantes podem conhecer e avaliar os valores e as práticas pedagógicas da escola (GUEDES, 2021).

institucional, no Centro de Educação Infantil Laura Vicuña todos os alunos matriculados ficavam em período integral, então estas queixas surgiam pois os alunos deveriam realizar a rotina do banho diariamente e as professoras e auxiliares pentear e organizar os cabelos. Ao relatarem essas queixas especialmente sobre o cabelo dos meninos, mesmo as meninas também terem cabelo comprido, as mães sentiam se constrangidas, pois todo ano tinham que dar a justificativa da promessa realizada que era o motivo de não cortarem o cabelo das crianças.

Aproveito para contar que sempre fui muito presente nas atividades da Igreja Católica, levei ao padre João Carlos esta angústia e ele me ajudou a dialogar com os profissionais da instituição, em uma tarde de muito calor em uma roda de tereré compareceu no C.E.I Laura Vicuña para uma conversa com as/os profissionais que ali trabalhavam, dialogou sobre as diferentes maneiras de crer, de cada pessoa cultivar sua fé e sobre a Piedade Popular (maneiras diferentes que cada um tem de expressar sua crença) muito presente em nossa cidade.

No ano de 2008 passei em mais um concurso público da Rede Municipal de Ensino em Porto Murtinho e retornei para a sala de aula, agora era professora de Educação Infantil em período integral, pedi a remoção do meu outro cargo para o C.E.I Laura Vicuña passei a trabalhar os dois períodos: matutino e vespertino com os mesmos alunos.

No ano de 2006 minha irmã gêmea mudou-se para Campo Grande trouxe com ela um sobrinho que é meu quase filho, ficamos em casa: eu, mãe e Edú meu irmão caçulo.

Minha mãe na rotina de casa e cuidado com as plantas, não quis seguir estudando pois só tinha EJA no período noturno. Incentivei Edú estudar, sempre lembrando que somos pobres e estudar é o jeito de sobreviver, meu irmão Eduardo fez Biologia no Polo Universitário da UFMS em Porto Murtinho e durante os anos de 2010 a 2015 eu cursei a Faculdade de Administração Pública neste mesmo Polo Universitário.

Desde o ano que tomei posse no primeiro concurso na Rede Municipal de Ensino no ano de 2003 também me filiei ao Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação/ SIMTED de Porto Murtinho, como passei a vida toda estudando em instituições públicas, mesmo enquanto aluna, tiveram várias greves e entendi o que acontecia quando o sindicato aparecia para explicar o que pleiteavam. No ano 2017 fui eleita pelos filiados do SIMTED de Porto Murtinho a presidir a Direção do sindicato, quatro anos intensos, de lutas, reivindicações e muito aprendizado.



Fui convidada para compor a Direção da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul pelo professor Roberto Botarelli que presidia a direção da FETEMS, que havia se aposentado e não iria mais ficar na executiva, na eleição realizada no mês de junho no ano de 2017 vim para a Direção Estadual da FETEMS no cargo de Secretária Geral, mudei-me para Campo Grande em julho deste mesmo ano.

No mês de fevereiro do ano de 2018 tomei posse como Professora da Rede Municipal de Campo Grande, tomei posse em uma turma de alfabetização um 1º ano do Ensino Fundamental, um povo muito sério e tradicional na escola, uma guinada na rotina, muita enxaqueca, complicado demais para quem ia trabalhar de bicicleta e após o almoço ainda tirava um cochilo, e agora ter que sair cedo e voltar só a noite, praticamente só dormir em casa.

Ainda em 2018 um ano após ter me mudado de Porto Murtinho para Campo Grande, uma fatalidade que ainda lutamos para superar, meu irmão caçula Edú resolveu ir embora.

No ano de 2020 muito incentivada por um amigo membro da Direção da FETEMS, me inscrevi para seleção do mestrado, passei pela entrevista e fui selecionada para a Linha Diversidade Cultural e Educação Indígena. Em 2021 após ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB em uma conversa com o orientador Heitor Medeiros, ele me perguntou o que me incomodava, respondi que me incomodou e me incomoda a interferência do neopentecostismo em nossas lutas, nas políticas educacionais, na valorização e na qualidade de vida dos profissionais da educação de Mato Grosso do Sul. Assim busquei descrever como ocorrem estas tentativas de interferência, como a FETEMS tem trabalhado estas investidas.

No ano de 2021 outra eleição para Direção da FETEMS e fui reconduzida ao cargo de Secretária Geral para o quadriênio 2021-2025, trouxemos minha mãe Dona Santa para morar aqui perto na cidade de Campo Grande, ela morou com minha irmã gêmea a 50 metros de minha casa, o nascimento do meu sobrinho neto um mês após a partida do meu irmão Eduardo tem nos ajudado a superar sua partida precoce. No cimento do meu quintal comecei a cultivar plantas em vasos: roseiras, rosas do deserto e folhas para chá isso tem me ajudado a “ambientar” e minha mãe fez várias caminhadas até minha casa para se movimentar e orientar no cuidado das plantas, mas não se adaptou à rotina de Campo Grande e retornou a morar em Porto Murtinho.

Atualmente componho a Diretoria Executiva da FETEMS, portanto minha atuação profissional e militância sempre foi pautada pelo compromisso com a categoria dos profissionais em educação.

No contexto de atuação profissional e sindical observei a interferência das igrejas Neopentecostais no processo de organização sindical nas lutas por valorização bem como nas atividades desenvolvidas pelos Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação em atividades que divulgam e conscientizam sobre políticas afirmativas e pautas identitárias combatendo preconceitos. O movimento sindical traz debates sobre atores que interferem nas discussões/ programas/ projetos e políticas educacionais de valorização dos profissionais da rede pública do estado de Mato Grosso do Sul e que contrariam o preceito constitucional inciso II do Art. 206 “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, a arte, o saber” (BRASIL, 1988).

A organização do Movimento Social Sindical da Educação Pública de Mato Grosso do Sul nasce junto com a criação deste novo estado, em 03.03 de 1979 é criada a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul/ FEPROSUL com reuniões discretas por sofrer repressões da ditadura militar. A Federação nasce com a organização de sindicatos de base que representavam profissionais do magistério de cada município que antes da constituição era chamado de Associações. Após dez anos de criação da FEPROSUL em um Congresso estadual da entidade realizado na cidade Amambaí a Federação passa a se chamar Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul/ FETEMS, neste congresso também acontece a unificação de carreira onde professores e grupo administrativo passam a ser reconhecidos como trabalhadores e trabalhadoras em educação e as associações passam a ser chamadas de sindicatos.

Atualmente a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul/FETEMS possui como afiliados 74 Sindicatos Municipais de Trabalhadores em Educação onde utilizamos a sigla SIMTED, tendo filiados de base (professores e administrativos) em quase todos os Municípios do estado, pois alguns SIMTEDs se organizam para representar mais de um município.

A opção pela realização desta pesquisa vem da minha trajetória pessoal como sujeito constituído na luta em uma sociedade patriarcal, minha história de vida é perpassada pela resistência em tantos percalços enfrentados para sobreviver, da minha trajetória de estudos em escolas públicas da Educação Básica até o Ensino Superior, onde

me graduei em licenciatura e como professora da rede pública de ensino bem como militante do movimento sindical dos profissionais da educação, onde já estive como presidente de um Sindicato Municipal de Trabalhadores em Educação/ SIMTED de Porto Murtinho ( minha cidade natal) que é afiliado a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

A pergunta que nos norteou para chegarmos ao objetivo geral foi: como as igrejas evangélicas neopentecostais tem influenciado na Educação Pública de Mato grosso do Sul e qual a atuação da FETEMS para combater esta influência?

Dessa forma, nosso objetivo geral foi: Analisar de que maneira as igrejas Neopentecostais buscam interferir na Educação Pública, um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul.

Para alcançar o objetivo geral propusemos os seguintes objetivos específicos: a) Compreender o papel da Federação dos Trabalhadores em Educação na elaboração das Políticas Educacionais do estado de Mato Grosso do Sul; b) Identificar quem são e como as igrejas Neopentecostais vem desenvolvendo ações em busca de influenciar as Políticas Educacionais a partir de suas crenças; c) Demonstrar como a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul tem trabalhado as investidas e interferências dos grupos Neopentecostais nas definições das Políticas Educacionais no estado de Mato Grosso do Sul.

A dissertação foi organizada em cinco capítulos iniciando com a introdução; onde relato minha trajetória pessoal, profissional e minha militância no Movimento Social Sindical.

No segundo capítulo abrange o Referencial Teórico que utilizamos fundamentando a pesquisa para construção desta dissertação, utilizamos apoio teórico metodológico das teorias Pós-Críticas e no grupo Modernidade e Colonialidade para nos subsidiar na investigação de que maneira as igrejas neopentecostais buscam interferir ou interferem no processo de organização e valorização dos profissionais da educação da rede pública de Mato Grosso do Sul.

No terceiro capítulo apresentamos o papel da Federação dos Trabalhadores em mato Grosso do Sul (FETEMS) na definição de políticas educacionais de MS, também apresentamos neste capítulo como surge e como é organizada a FETEMS.

No quarto capítulo buscamos levantar quem são e como as igrejas neopentecostais vem desenvolvendo ações em busca de influenciar as políticas educacionais a partir de suas crenças, investigamos também o que esta interferência implica na qualidade de vida dos profissionais de MS.

No quinto capítulo discutimos o papel da Federação dos Trabalhadores em Educação de mato Grosso do Sul (FETEMS) na resistência a pressão dos grupos e igrejas neopentecostais no desenvolvimento das atividades sindicais.

Nas considerações finais concluímos que há marcas da colonialidade enquanto matriz ou padrão colonial de poder deixados na sociedade, por meio da ação destes grupos ou igrejas neopentecostais que interferem nas políticas educacionais reforçando ou estigmatizando as outras formas de conhecimento, culturas e religiões, assim como deixamos evidente o papel da FETEMS no combate a estas interferências.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO.

O recorte temporal para realização desta pesquisa foi do ano 2015 a 2021, que contempla um período de atuação da mestrandia como Presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED) no município de Porto Murtinho (MS) compreendendo o período 2013/2017, atuação como Secretária Geral na Direção Executiva da FETEMS 2017/2021, e também atuando como professora na rede municipal de Campo Grande (MS), ingresso através de concurso público em fevereiro de 2018.

Na tentativa de compreender como as igrejas Neopentecostais buscam interferir no processo de organização e valorização dos Profissionais da Educação da rede pública, escolhemos desenvolver uma pesquisa do tipo qualitativa que possibilita pesquisar os contextos dos fenômenos das relações sociais dando a possibilidade de perceber os eventos a partir da perspectiva dos envolvidos (GODOY, 1995). A expressão “investigação qualitativa” é usada enquanto termo genérico para reunir estratégias de investigação que compartilham determinadas características, isto é, “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em fenômenos descritivos, relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 16).

Para Prodanov (2013), a pesquisa qualitativa é descritiva como um processo onde seu significado são metas de abordagem.

Os dados [produzidos] nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. A preocupação é muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados [produzidos], não a preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a [produção], a análise e a interpretação dos dados. (PRODANOV, 2013, p.70)

Para conhecer é preciso interagir com os participantes que muitas vezes atinge proximidade de nível pessoal. As histórias, os sentimentos, as lutas devem ser consideradas na interpretação dos dados, sendo importante se ater nos contextos históricos, para não perder os detalhes (GONZAGA, 2011).

A pesquisa em tela também está embasada nas Teorias Pós-Críticas que visa modificar o *establishment*, “explorando modos alternativos de pensar, falar e fazer

práticas sociais, remodelar as metodologias de pesquisa para que não sejam ferramentas de reprodução social” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 9-10).

Meyer e Paraíso (2012) também indicam que não devemos nos preocupar com a busca de respostas, mas problematizar e descrever processos que tenham significados nas relações de poder que resultam em consequências para as sociedades. Discutir as relações de poder apoiada pela teorias Pós-Críticas permite sinalizar a articulação existente entre a teoria e a prática política envolvida nas lutas sociais, além de possibilitar a compreensão do jogo das relações de poder-saber.

Para as autoras não tem como ficar neutro quando se produz conhecimento já que o objetivo é desmontar o discurso hegemônico para haver transformações. Com a metodologia direcionada com as Teorias Pós-críticas, regata-se a subjetividade humana que “[...] é uma ferramenta a serviço da investigação, um exercício simultaneamente rigoroso e político permeado pelas relações de poder que pretende estudar” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 13).

Em nosso caso, teremos fortemente a presença da subjetividade, visto que nossa pesquisa está embasada no método autoetnográfico. Dessa forma, não serei somente pesquisadora, mas também parte da pesquisa com presença de subjetividade narrada através deste método. É fato que mesmo mantendo vigilância epistemológica interferências existirão já que a história de vida é caracterizada pelo processo de conhecimento (MEYER; PARAÍSO, 2012). Adams, Ellis e Jones (2015), ponderam que o termo “autoetnografia” propõe que os pesquisadores não precisam suprimir suas subjetividades.

Para Versiani (2020, p. 70) é preciso “manter tanto quanto possível, uma postura auto reflexiva (autoetnográfica), atenta à construção intersubjetiva de sua própria subjetividade”. A reflexão, avaliação e reavaliação são constitutivos da autoetnografia, já que há influência do pesquisador na pesquisa por meio da memória, ou histórias de vida.

Neste sentido estará presente a manifestação de convivência e proximidade com os membros da direção dos Sindicatos Municipais e também da Direção da FETEMS, visto que pretendo partir de minha militância sindical enquanto presidente de um Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação no município de Porto Murtinho-MS e membro da Direção Executiva da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, compreender as investidas dos grupos neopentecostais no processo

de organização e valorização dos profissionais da educação da rede pública deste estado, nesta busca, minha caminhada enquanto aluna e professora da rede pública, bem como minha experiência pessoal fará parte desta investigação.

Dessa forma, como o objetivo da pesquisa: Analisar o de que maneira as igrejas Neopentecostais buscam interferir no processo de organização e valorização dos profissionais da rede pública, um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em educação de mato Grosso do Sul, está relacionado com minha história de vida, pois além de ser professora da rede pública também sou militante do movimento social sindical e componho a atual diretoria da FETEMS, tal fato justifica a escolha da autoetnografia como método de pesquisa, visto que, “através da memória e condições históricas em que se deu o processo de subjetivação permite que outras vozes culturais perpassem sua escrita” (VERSIANI, 2002, p. 60).

Em anuência com a teoria Pós-Crítica, a etnografia também parte do pressuposto de que o conhecimento não pode ser neutro, esta metodologia “em linhas gerais tem o objetivo de requalificar a relação entre objeto e observador ressaltando a importância desta interação e da experiência pessoal como forma de construir conhecimento” (ADAMS, ELLIS e JONES, 2015, p. 1339), que seja crítico e não hegemônico.

De acordo com Versiani (2002, p. 66) é “necessário conceber a autoetnografia não como a experiência e a interpretação de uma outra realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos”. Essa ideia rompe com o paradigma hegemônico de modelo tradicional de pesquisa, onde para manter a neutralidade é preciso manter um certo distanciamento. Este método busca evidenciar o papel do pesquisador enquanto parte integrante da pesquisa.

Como ferramentas para esse método de pesquisa escolhemos a entrevista semiestruturada e a análise documental. A entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” mantendo o pesquisador presente e atuante na produção dos dados (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Já Manzini (1990/1991) entende que a entrevista semi-estruturada foca um assunto que possui um roteiro com perguntas iniciais que são complementadas ao longo

da conversa por outras questões que surgirão de acordo com as respostas das perguntas iniciais. Dessa maneira, podem aparecer informações importantes e espontâneas.

O entendimento de entrevista busca não apenas produzir dados, mas também relatos de vivências como sujeitos participantes neste processo.

[...] a situação de entrevista – um jogo interlocutivo em que um/a entrevistador/a ‘quer saber algo’, propondo ao/à entrevistado/a uma espécie de exercício de lacunas a serem preenchidas. [...]. Para esse preenchimento, os/as entrevistados/ as saberão ou tentarão reinventar como personagens, mas não personagens sem autor, e sim, personagens cujo autor coletivo sejam as experiências culturais, cotidianas, os discursos que os atravessaram e ressoam em suas vozes. (SILVEIRA, 2002, p. 140)

As entrevistas semi-estruturadas que trazem memórias pessoais e coletivas, permitiram aos sujeitos desta pesquisa se revisitarem no passado, trazerem vivências especialmente de momentos da luta coletiva, dos enfrentamentos e avanços já realizados e também permite reflexão, sobre o que acontece na atualidade e o que é necessário para não permitir retrocessos.

Sobre as entrevistas constituidora de verdades, que são atravessadas por várias vozes Silveira (2002) propõe “olhar as entrevistas como eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistar/ entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam de parte a parte.” (SILVEIRA, 2002, p. 120)

Ainda para Silveira (2002, p. 131) as entrevistas permitirem revelações pessoais, estarão embebidas nos discursos do seu tempo, de verdades instituídas para os grupos sociais e para membros destes grupos, e isto recriado em uma situação de casualidade, atividade conjunta de entrevistador e entrevistado.

No caso da análise documental é uma ferramenta que busca informações qualitativas e/ou quantitativas, de fontes primárias, como: leis, decretos, portarias, resoluções, jornais, fotografias, etc, ou seja, que não receberam tratamento científico (FONSECA, 2002; OLIVEIRA, 2007). Nesse caso, foi realizada a análise dos documentos institucionais como, atas, revistas da entidade sindical, folders, aula da cidadania (periódico FETEMS), cartas a comunidade, documentos elaborados e divulgados referentes a temática no recorte temporal de 2015 a 2021.



Para análise dos dados produzidos além das teorias pós-críticas nos embasamos no Grupo Modernidade/Colonialidade, que estabelece a crítica aos modelos de conhecimento impostos pela modernidade como verdadeiro, subjugando os conhecimentos outros, marginalizando-os e inferiorizando-os.

Os sujeitos da pesquisa foram vinte diretores/as da Direção estadual da FETEMS. Dentre os vinte diretores tivemos: 14 (quatorze) membros da Direção Executiva, 5 (Vice-Presidentes Regionais), 1 (um) Delegado de Base da CNTE e uma Ex-presidente da federação. A minha percepção também estará presente nesta pesquisa, com meus incômodos e posicionamentos quanto ao tema.

Os mesmos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde autorizaram o uso de seus nomes e imagens.

Quadro 1: Sujeitos da pesquisa

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Cargo</b>	<b>Formação</b>	<b>Religião</b>
Jaime Teixeira	62 anos	Presidente	Matemática – especialização Metodologia	Católico não atuante
Deumeires B. Morais	56 anos	Vice-Presidente	Matemática Especialização em Gestão Escolar	Católica Apostólica Romana
Ana Maria de Oliveira	42 anos	Secretaria Geral	Pedagogia Especialização em Gestão Escolar	Católica Apostólica Romana
José R. Perecin	66 anos	Secretaria de Finanças	Pedagogia	Católico
Maria Aparecida Diogo	56 anos	Secretaria de Assuntos Jurídicos e Previdenciários	Letras/ Inglês	Católica
Onivan Lima Correa	42	Secretaria de Formação Sindical	Pedagogia e Geografia Doutor em Educação	Católica Apostólica Romana Participante dos Movimentos de Pastoral
Sueli Veiga Melo	57	Secretaria de Políticas Educacionais	Pedagoga Mestra em Estado, Governo e Políticas Públicas	cresceu na igreja Congregação Cristã no Brasil hoje não frequenta nenhuma igreja
Idalina da Silva	47 anos	Secretaria dos Funcionários Administrativos	Médio Técnico de Formação para Funcionários da educação	Religião de Matriz Africana Candomblé

Paulo César Lima	62 anos	Secretaria de Patrimônio	Educação Física Especialização em metodologia	Cresceu na igreja Congregação Cristã no Brasil Hoje não participa de nenhuma igreja.
Ademar Plácido da Silva	67	Secretaria de Políticas Municipais	Pedagogia e História	Católico Apostólico Romano Ex-Seminarista
Gilvano Kunzler Bronzoni	46 anos	Secretaria de Políticas Sociais	Geografia Especialista em Gestão Escolar	Católico Apostólico Romano
Olinda Conceição da Silva	57 anos	Secretaria dos Aposentados/as	Língua Portuguesa/ Literatura	Católica Apostólica Romana
Maria do Carmo Souza Drumond	52	Secretaria de Relações de Gênero	Letras/ Literatura	Católica Apostólica Romana
Iara Gutierrez Cuellar	55 anos	Secretaria de Saúde dos Trabalhadores/as	Pedagogia – Especialização Multiletramentos	Se aproxima do Espiritismo
Isabel de Lourdes Borges	54 anos	Departamento de Educação Infantil	Pedagogia Mestrado em Educação	Católica Apostólica Romana
Renato Pires de Paula	42 anos	Vice-Regional Campo Grande	Ciências Sociais Especialização em Educação e Sociedade	Ateu
Mara Núbia dos Santos	45 anos	Vice-Regional Coxim	Língua Portuguesa Mestra – Estado, Governo e Políticas Públicas	Evangélica – não frequenta igrejas.
Maria Joaquina da Silva	-	Vice- Regional Aquidauana	Pedagoga	Católica Apostólica Romana
Apolinário Candado	60 anos	Vice-Regional Dourados	Pedagogia Especialização Gestão Escolar	Católico
Roberto Botareli César	63	Delegado de base da CNTE Ex-presidente da FETEMS	Educação Física Especialização em metodologia de Ensino	Católica Apostólica Romana
Fátima Aparecida Silva	56	Secretaria Geral da CNTE Ex-Presidenta da FETEMS	Pedagogia	Usa o Plural deuses e deusas não pratica nenhuma religião

Fonte: Dados da autora (2023)

Primeiramente foi pedido, em novembro de 2021, ao Presidente da FETEMS, Jaime Teixeira, a autorização para realização da pesquisa. O próximo passo foi ir a campo

para produção de dados. Por motivos pessoais precisei trancar um semestre do curso de Mestrado, o 1º semestre do ano de 2022 e retornei no mês de julho de 2022. Imaginamos realizar as primeiras entrevistas no período de 25 a 28 do mês de agosto de 2022, durante a realização do nosso 28º Congresso Estadual da Federação na cidade de Três Lagoas/MS.

As atividades do congresso eram intensas e aconteciam nos três períodos do dia: manhã, tarde e noite. Alguns diretores da federação também são Presidentes de SIMTED e responsáveis por toda logística de participação da sua delegação: hotel, transporte, alimentação, entrega dos materiais que disponibilizamos no dia das atividades, demais membros da direção da FETEMS estavam envolvidos na organização das atividades do congresso. Assim que se deu o encerramento das atividades, voltaram rapidamente para seus municípios evitando a geração de mais gastos. Dessa forma, naquele momento não foi possível entrevista-los.

A maioria demonstrou um certo cansaço com atividades online, pois durante a pandemia todas as atividades da FETEMS foram dessa forma. Outro fato foi que alguns membros da Direção estavam dentro das escolas enquanto professores, coordenadores ou profissionais do grupo administrativo, com incompatibilidade de horários. Assim, combinamos que eu entrevistaria os diretores no dia de atividades presenciais da FETEMS. Dessa maneira, fui verificando quem e quando viria para organizar o horário e não ficar muito corrido. Então por dia de atividade conseguia realizar até duas entrevistas, uma em cada período do dia. Alguns diretores ainda se organizaram para estar em Campo Grande um dia antes das atividades se colocando à disposição para realização da entrevista.

Nos propomos assim a ser escuta atenta dos que se dispuseram a contribuir nesta pesquisa participando das entrevistas. Grande parte das entrevistas foram realizadas na sala da Diretora dos/as aposentados/as da FETEMS, por ser menos barulhenta, e quase sem interferência externa ou toque de telefone. Os/as participantes se acomodaram em um sofá aconchegante da sala, e o celular foi usado como gravador das conversas que posteriormente foram transcritas, o tempo de duração de cada entrevista foi de 30 (trinta minutos) a uma hora (sessenta minutos), onde alguns destes minutos foram de silêncio reflexivo por parte dos/as entrevistados, que pareciam buscar alguma coisa na memória, em um cronograma temporal sobre o tema.

O roteiro com as perguntas semiestruturadas propuseram diálogo e interação, abrindo espaço para reflexão como propõe Silveira (2002, p. 135) uma “atividade conjunta, entre entrevistado e entrevistador” onde nos propusemos a evidenciar sujeitos sociais, que se reconhecem e se mostram sujeitos em movimento, em ação coletiva, e assim buscamos nesta “arena de significados” (SILVEIRA, 2002, p. 135) afugentar a ilusão da objetividade, considerando nossa condição de sujeitos culturalmente constituídos.

Pretendemos disponibilizar aos participantes da pesquisa cópia do material produzido como fotos e filmagens. Uma cópia da dissertação será entregue na FETEMS onde ficará disponível para pesquisas a quem se interessar.

É importante destacar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido/TCLE foi assinado por todos os participantes da pesquisa, nos conferindo autorização para a divulgação de nomes próprios, cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e todo material produzido, como, filmagens, entrevistas e imagens, na produção da dissertação e artigos, por compor a direção estadual da FETEMS e pela militância sindical com enfrentamentos públicos em assembleias da categoria, reuniões com equipes dirigentes de governos nas esferas estadual e municipal, reuniões com poder legislativo, as opiniões são manifestas publicamente, isso justifica a autorização para utilização dos nomes próprios, fotos e cargos.

A razão dessa escolha está no fato dos estudiosos desse campo fazerem uma reflexão crítica dos modelos de conhecimentos hegemônicos eurocêntricos impostos por meio de “pedagogias nacionalistas ou nativistas que estabelecem a relação do Terceiro Mundo com o Primeiro Mundo em uma estrutura binária de oposição” (BHABHA, 1998, p. 241), ou seja, por meio da colonialidade.

A colonialidade enquanto uma matriz ou padrão colonial de poder que é “um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade” (MIGNOLO, 2017, 13), e um dos principais elementos dessa estrutura disciplinar, profunda como raiz, é o conhecimento moderno. As epistemologias outras ou saberes diferentes ao conhecimento hegemônico, foram declaradas inexistentes, ou condenadas ao esquecimento como coisas do passado. Os povos conquistados, colonizados pelos

européus sofreram com a subalternização de seus costumes, línguas e religiões, tal situação virou tema de estudo, ou seja, estudos decoloniais que tem o objetivo de revisar a constituição histórica da modernidade e a transformação que esta causou na América Latina.

Quijano (2014) entende que o conceito de diferença surge na América a partir da classificação social de raça, onde a raça branca (européus) se impõe como pura e superior. Assim, foi a colonialidade que fez emergir a diferença colonial que foi mundializada.

A diferença colonial trouxe consigo a exploração, dominação e conflitos amparados pela classificação de raça, gênero e trabalho que culminou no capitalismo mundial colonial moderno que Quijano (2005) define como uma nova estrutura de controle do trabalho. São impostas pela colonialidade do poder muitas formas de exploração, controle de produção, apropriação ou distribuição de recursos articulados em torno da relação capital x salário, incluindo a escravidão, a servidão, que foram organizadas para produzir mercadoria para o mercado mundial.

Quijano (2005) nomeia como “colonialidade do poder” o padrão de dominação global que é a face oculta da modernidade, e se configura com a conquista da América trazendo um sistema inédito de dominação e de exploração social num sistema ordenativo e acumulador das relações sociais e da disposição do poder.

A colonialidade do novo padrão de poder foi determinante na produção de novas identidades geoculturais. Em Quijano (2005, p. 121) aprendemos que:

[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia e controle todas as formas de subjetividade, da cultura em especial do conhecimento da produção do conhecimento.

Neste processo se configurou um novo universo de relações intersubjetivas da Europa, do europeu em relação as demais populações do mundo, os sentidos, o universo simbólico condenados a uma subcultura. Quando se compreende como a colonialidade do poder se organiza, percebemos que a estrutura e a hierarquia dos sistemas mundiais estão embasadas no racismo que “organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza” (MIGNOLO, 2005, p. 34).

Para o grupo M/C é a partir da análise das marcas coloniais deixadas nas sociedades que se pode propor a ruptura da universalidade do conhecimento, ou seja, propostas decoloniais para desestruturar e transformar a hegemonia epistemológica imposta pela modernidade.

Nascimento e Medeiros (2018) apontam que no Renascimento houve grande avanço nas áreas das artes, literatura e ciências e as mudanças atingiram vários segmentos dentre eles: político; econômico; sociais; intelectuais e religiosos. Esse movimento cultural embasado na ruptura com o fanatismo religioso, coloca homem no centro, assim “o homem descobre que é capaz de decidir por si, buscando objetividade nas suas experiências, o mundo deixa de ser sagrado para tornar-se num objeto de uso para o próprio homem, embora a crença em Deus permanecesse” (PRIMON et al, 2000, p. 36).

A autoridade religiosa do Papa foi contestada por Lutero originando o Protestantismo e a reforma da igreja. Dessa forma, revoltado e contrariado com a venda de indulgências, Martin Lutero, em 1517 elaborou 95 teses criticando a prática e conduta dos padres da época, e propôs uma doutrina onde a salvação era baseada em sua fé (FERNANDES et al, 2016)

Esse movimento iniciado por Lutero ficou conhecido como

[...] Reforma Protestante, sendo a mesma carregada de ideologias e teologias que foram contra todo o Clero naquele mesmo período, todavia não afetou somente o Clero como também afetou a religiosidade, economia, política, social e intelectual de seu tempo [...] (FERNANDES et al, 2016, p. 11).

Dessa maneira, a Reforma da Igreja Católica culminou no surgimento de outras religiões europeias, conhecidas como evangélicas, que foram disseminadas<sup>2</sup> pelo mundo e não diferente do catolicismo, também se impuseram por meio da colonialidade subalternizando e homogeneizando as epistemologias e religiões do Sul.

A respeito das religiões indígenas e africanas, após a colonização tiveram que se adaptar para sobreviver, hibridizando sua cultura e a partir disso, conforme afirma Hall (2003, p. 133), transformaram e ressignificaram seus costumes e práticas.

---

<sup>2</sup> E continuam sendo impostas pela colonialidade difundindo o racismo –que é a base estrutural do poder.

[...] elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Mudanças em uma problemática transformam significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são propostas e maneira como podem ser adequadamente respondidas. Tais mudanças de perspectivas refletem não só os resultados do próprio trabalho intelectual, mas também a maneira como os desenvolvimentos e suas verdadeiras transformações históricas são apropriados no pensamento e fornecem ao Pensamento, não sua garantia de correção, mas suas origens fundamentais, suas condições de existência.

Partindo dessa explicação de Hall, percebe-se sociedades diferentes que são próximas trocam conhecimentos havendo aquisição e esse acréscimo é resignificado tornando-se híbridos, o que é uma estratégia de resistência. Mas Hall (2003) também explica a hibridização é um processo de tradução cultural agonístico, pois não se completa e o indivíduo permanece indeciso causando um “sofrimento interno nas pessoas quando tentam transitar por ambientes distintos e antagônicos, que exigem um posicionamento, quando você não quer ter que escolher” (NASCIMENTO, 2021, p. 126).

A homogeneidade imposta pela modernidade se consolida “na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam” (SANTOS, 2007, p. 72), assim o conhecimento dos que fogem à regra não possui credibilidade, são apenas opiniões, magia, crença e não devem ser considerados. Os “conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha, [...] desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso” (SANTOS, 2007, p. 72).

Mignolo (2017), juntamente com o grupo M/C, entende que o lado mais escuro da modernidade é a colonialidade que se estabeleceu em três dimensões: do poder, do conhecimento, e do ser. O autor ainda completa dizendo que a modernidade só se estabeleceu por conta da colonialidade (MIGNOLO, 2003), onde primeiro expropriaram as populações colonizadas; segundo reprimiram tanto o quanto puderam as formas de produção de conhecimento dos colonizados; e terceiro forçaram os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores, tudo isso sendo útil para a cultura colonizadora reproduzir a dominação (QUIJANO, 2005).

As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, as outras religiões, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, são colocadas à margem, em um momento

anterior ao desenvolvimento histórico que no imaginário do progresso enfatiza sua inferioridade.

A partir da ótica da modernidade as outras expressões culturais e religiosas são vistas como inferiores e ainda com impossibilidade de se superarem. Em Lander (2005) a noção de moderno está profundamente arraigada na compreensão do mundo ocidental, seu padrão cultural e sua sequência histórica é imposta como “normal ou universal, que este imaginário conseguiu constranger uma alta proporção das lutas sociais e dos debates políticos- intelectuais do continente” (LANDER, 2005, p. 15). A interiorização do diferente deste padrão trouxe danos e submissão da cultura dos povos colonizados, que para “sobreviver” suprimiram suas culturas.

Compreendemos por meio de Walsh (2009, 2010) que a modernidade/colonialidade funciona a partir de padrões fundamentados na exclusão, negação e subordinação dentro do processo capitalista e hoje está escondido atrás de um discurso (neo)liberal e multiculturalista, trazendo o processo de reacomodação da colonialidade, a recolonialidade. A autora propõe saberes pedagógicos fundamentados na humanização e descolonização, no re-existir, re-viver como processo de re-criação, apresenta também a crescente e urgente necessidade de ler criticamente o mundo, intervindo na reinvenção da sociedade, considerando de forma específica a operação do multiculturalismo neoliberal com uma culturalidade funcional, como dispositivo de poder que reforça e fortalece a permanência das estruturas sociais estabelecidas na matriz colonial.

A autora ainda pondera que é preciso compreender a cultura, a modernidade, o imperialismo e as influências destes na vida das pessoas com intuito de derrubar os padrões de poder fixados na racialização e no conhecimento eurocêntrico hegemônico, pois são “as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade” (WALSH, 2009, p. 24) que promovem a inferiorização, desumanização e subalternização.

Castro-Gómez (2005, p. 89) aponta que entender a decolonialidade revela “a função jurídico-política das constituições [que] é, precisamente, inventar a cidadania, ou seja, criar um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governamentalidade” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 89), ou seja, formas de manipular a vida das pessoas segundo seu projeto de governo.



Segundo Walsh (2009), a decolonialidade visa compreender a cultura, o imperialismo e suas influências, é uma forma de questionar e fragmentar as estruturas sociais. A decolonialidade pode ser usada “como ferramenta que ajude a visibilizar estes dispositivos de poder e como estratégia que tenta construir relações – de saber, ser, poder e da própria vida – radicalmente distintas” (WALSH, 2009, p. 23).

Nessa perspectiva é necessário pensar formas de transformar estruturas que ainda possuem prática e pensamentos dentro da lógica moderno ocidental e colonial. Novas práticas pedagógicas precisam de uma orientação de-colonial, com objetivo de reaprender o que foi introduzido em nossas mentes pelas estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade (WALSH, 2009). Para a autora há outras formas de conviver, outros “modos outros do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação [...]” (WALSH, 2009, p. 23).

Dito isso, a onda de reformas educativas e constitucionais dos anos de 1990 reconhecem o caráter multiétnico e plurilinguístico dos países e introduzem políticas específicas para os indígenas e afrodescendentes e são parte desta lógica multicultural do capitalismo transnacional que coincidem também com as políticas de caráter neoliberal.

Esta política multicultural pretende incluir os anteriormente excluídos dentro de um modelo globalizado de sociedade que é regido por interesses do mercado. Essa estratégia não busca transformar as estruturas sociais racializadas, o intuito é administrar a diversidade diante do que é visto como perigo de radicalização, esta lógica pretende reconstruir as relações entre Estado e Sociedade por meio de uma inclusão que permite reduzir conflitos étnicos e incrementar a eficiência econômica da ação estatal.

Nesse sentido, compreender o mecanismo da colonialidade por meio do grupo M/C nos ajudou a entender as estruturas do poder que envolvem a educação e a organização da sociedade, assim como compreendemos a maneira como as igrejas Neopentecostais interferem no processo de organização e valorização dos Profissionais da Educação da rede pública de Mato Grosso do Sul, a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação e diante dessas reflexões buscamos por meio da decolonialidade a valorização das culturas subalternizadas.

E para que isso ocorra é preciso promover a interculturalidade crítica, que como aponta Walsh:

[...] alenta novos processos, práticas e estratégias de intervenção intelectual que poderiam incluir, entre outras, a revitalização, revalorização e aplicação dos saberes ancestrais, não como algo ligado a uma localidade e temporalidades do passado, mas como conhecimentos que têm contemporaneidade para criticamente ler o mundo, e para compreender, (re)aprender e atuar no presente. (WALSH, 2009, p. 25)

Para Walsh (2009) a interculturalidade crítica e a de-colonialidade são processos e lutas que se entrecruzam, são iniciativas e perspectivas éticas que se fazem questionar, transformar, sacudir, rearticular e construir. Permitir a construção de novos marcos epistemológicos que pluralizam, problematizam e desafiam a noção de um pensamento e conhecimento totalitário, que são impostos como únicos e universais.

A interculturalidade crítica diferente do multiculturalismo que oculta e dilui e inclui a geopolítica do saber, propõe pedagogias que integram o questionamento e a análise crítica, a ação social transformadora, mas também a insurgência e intervenção nos campos do poder, buscando transformação através da promoção de uma pedagogia de-colonial que “assinala a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma lógica, que ao mesmo tempo ainda é racial, moderno-ocidental e colonial” (WALSH 2009, p. 28).

Conscientes que todos nós fomos educados dentro destas estruturas e padrões, precisamos estar atentos para nos desconstruirmos e nos decolonizarmos para promover a decolonização e ressignificações. É preciso criar condições e estratégias para tensionar, desconstruir esta lógica colonial e romper com o pensamento da hegemônico da modernidade.

Uma forma de romper com o pensamento hegemônico é procurar compreender a cultura, a modernidade, o imperialismo e como têm influenciado a vida das pessoas. É importante buscar formas de derrubar os padrões de poder que foram fixados na racialização e no conhecimento eurocêntrico, visto que, são “estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade” (WALSH, 2009, p. 24) e viabilizam a subalternização, a inferiorização e a desumanização.

A partir dessa compreensão, é necessário buscar formas de transformar as estruturas que continuam a trabalhar na lógica colonial, racial e moderna ocidental. É fundamental buscar práticas decoloniais para desfazer e reorganizar o que foi posto e imposto pela colonialidade. Tais ações acabam se tornando um projeto de resistência com objetivo de reexistir, uma forma outra de vida em sociedade, com “modos outros do poder, saber, ser e viver” (WALSH, 2009, p. 23).

Essas análises e ações favorecem o diálogo crítico com outras formas de pensar, outras visões e concepções, que buscam uma educação que inclua que tenha como base a formação como um processo em permanente de (re)construção e determinada por condições objetivas e subjetivas, em que os sujeitos sociais vão se constituindo.

### **3. O PAPEL DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL (FETEMS) NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.**

Na década de 1970 na efervescência da criação do novo estado, ou seja divisão de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul onde o então Presidente General Ernesto Geisel assina o documento decretando a emancipação político- administrativa do estado de Mato Grosso datado no dia 11 de outubro de 1977, já no ano de 1978 no magistério os professores já cansados de saberem das coisas só pelo Diário Oficial e também por não obter resposta para as angústias profissionais e salariais em algumas cidades do recém criado Mato Grosso do Sul começam mobilizações para criar uma associação da categoria, pois não existiam concursos públicos, salários atrasavam. Já no estado de Mato Grosso existia alguns núcleos da Associação Matogrossense de professores e um dos maiores expoentes já era Campo Grande, mas com suas atividades muito voltadas para o social (atividades festivas, reuniões).

Com a criação do novo estado surge um movimento com objetivo de se organizar para reivindicar junto ao novo governo soluções para os problemas enfrentados pelos profissionais do grupo magistério. Este movimento teve início na cidade de Dourados, a 2º maior cidade do recém criado estado. Já no ano de 1978 o movimento se constituiu em uma Associação de Professores na cidade e em poucos meses foram fundadas mais de 20 associações com adesão muito forte por parte dos profissionais do magistério. Para Correia (2022) “justamente neste período em Mato Grosso do Sul, o sindicalismo docente

se fortalece, faz suas lutas e cria um movimento orgânico fundando em 1979 a FEPROSUL”.

A primeira reunião que envolveu capital e interior aconteceu ainda em 1978 e compareceram 23 associações de professores e outras reuniões foram marcadas para estudo e aprovação de um estatuto estadual para a recém criada entidade que já tem o nome de Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul/ FEPROSUL com a primeira eleição já chamada para março de 1979, conforme os documentos institucionais consultados.

A FEPROSUL que nasce praticamente junto com o novo estado, já enfrenta grandes pressões e inclusive em situações políticas conflitantes, pois em menos de 2 anos o novo estado teve três governadores, que não foram eleitos mas indicados por um regime autoritário do Golpe Militar, não houve participação popular, o estado foi criado no Governo do Presidente Ernesto Geisel que também indicou os governadores sendo eles: Harry Amorim Costa (1º de janeiro de 1979 a 12 de junho de 1979), Londres Machado (12 de junho de 1979 a 30 de junho de 1979) e Marcelo Miranda (30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980). O trabalho de cada governo era revisto pelo governo que o sucedia, nisto a insegurança foi a marca dos primeiros governos e no meio desta turbulência a luta dos profissionais do magistério também oscilava, no governo de Harry Amorim Costa e com a chegada de Marcelo Miranda derruba o piso salarial<sup>3</sup>, instituindo o estatuto do magistério e promovendo o enquadramento, que quando foi publicado em Diário Oficial o enquadramento Pedrossian destituiu Marcelo Miranda mas respeitou o enquadramento e publica o Estatuto do Magistério. No livro de Bittar “Mato Grosso do Sul a construção de um estado” a mesma transcreve uma caracterização da FETEMS sobre os governos que não respeitaram as questões salariais e a expectativa na eleição de um governo popular.

Governo Marcelo Miranda: foi um governo de desmandos e de perseguição aos direitos adquiridos dos servidores. Sofremos a cassação do nosso piso salarial. Tivemos o estatuto destruído e, no final vivenciamos quatro meses de salários atrasados. Fomos obrigadas a ocupar a governadoria por quarenta dias, denunciando ao Brasil inteiro tamanho desrespeito. Marcelo Miranda não saiu do governo pela porta da frente. Governo Pedro Pedrossian: um governo de autoritarismo, de falta de diálogo, do

---

<sup>3</sup> É o valor base de remuneração que um profissional pode receber em sua área de atuação, variando sobre cada tipo de profissão.

arrocho salarial, do desvio de verbas da Educação para obras faraônicas e, a exemplo do anterior dos salários atrasados. Governo Wilson Martins: um governo que manchou a história do nosso estado pela corrupção, pelo sucateamento dos serviços públicos, pelo desvio de verbas da educação – só do FUNDEF foram mais de 15 milhões. Ficamos com quatro meses de salários atrasados, sem décimo terceiro e sem nenhuma conquista. Governo Popular: foi um governo que mobilizou a nossa esperança e a nossa utopia. Já tivemos importantes vitórias: pagamento de quatro folhas de salários atrasados; pagamento do décimo terceiro do governo passado; aprovação do Estatuto do Magistério, reajuste salarial médio de 23%; concurso para professores; aplicação correta dos recursos da Educação. Mas isso não basta. O pagamento em dia dos salários é um compromisso que deve ser honrado. É a prioridade das prioridades. Esperamos que o governo popular em setembro pague os salários até o quinto dia útil. Caso contrário a Educação vai parar (BITTAR, 2009 p. 401-402).

Conforme o excerto acima transcrito de Bittar, a categoria de Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul da rede estadual, após todos os desmandos e desmontes dos governos anteriores, colocava no ano de 1999 uma expectativa muito grande no primeiro governo popular de esquerda eleito o Governador Zeca do PT, pagou folhas de salários atrasados, aprovou o estatuto do magistério, reajustou salário da categoria e abriu edital de concurso público, um governo que olhou realmente para a categoria de trabalhadores em educação e demais profissionais do serviço público, que enfrentou várias crises e dificuldades nos governos anteriores.

Para Bittar “Mato Grosso do Sul um estado que nascera do desmembramento de Mato Grosso em 1977, e enfrentava uma sucessiva destituição de governadores nomeados entre 1979 e 1980, foi um dos dez estados nos quais as oposições sagraram-se vitoriosas em 1982” (1998, p. 32-33), importante ressaltar que o estado foi criado no período da ditadura militar, portanto a criação de mais uma unidade administrativa neste período ampliaria a base de apoio ao governo autoritário da época. Neste sentido para Bittar (1988) o estado é criado para atender ao projeto geopolítico do regime, contemplar os interesses da classe dominante local e para reforçar em termos imediatos o governo da ditadura militar que já passava de uma década de controle político e que já vinha perdendo forças.

A primeira grande greve realizada pela FEPROSUL foi no governo de Pedro Pedrossian no ano de 1981, teve início em Dourados e se alastrou por todo estado com duração de 26 dias. O governo ainda ajudou a criar uma nova federação a Associação de

Professores de MS (APMS), o governo utilizou-se da estrutura estatal para trazer professores do interior para a capital e em dois dias foi fundada uma associação que tinha na base apoiadores do governo, com publicação do estatuto em diário oficial o então Governador Pedrossian não recebia mais a FEPROSUL, somente a APMS, e deste momento em diante a FEPROSUL foi colocada de lado, para complicar a manutenção da entidade o desconto sindical foi cortado, a APMS teve membros de sua associação licenciados e os da FEPROSUL as licenças sindicais foram cassadas, ou retornavam para as lotações nas instituições ou não receberiam os salários.

A FEPROSUL sobreviveu a esta situação por 2 anos e nas eleições da nova diretoria no ano de 1983 restavam apenas 11 Associações Municipais, neste ano começa também a reestruturação com visitas a todas as associações do interior para reativá-las, sem recursos financeiros pois o governo havia ateadado fogo nos quadros de sócios para não realizar desconto em folha<sup>4</sup> (consta em atas da entidade). No ano de 1985 com uma campanha para sede própria a entidade adquire uma casa, onde atualmente é sua sede administrativa. No ano de 1989 no Congresso Estadual da entidade a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul- FEPROSUL abriu sua organização para o ingresso dos funcionários administrativos da educação e passa a ser denominada Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul- FETEMS, neste mesmo Congresso Estadual é deliberada a filiação à Central Única dos Trabalhadores- CUT.

A Central Única dos Trabalhadores nasce e um CONCLAT -Congresso Nacional da Classe Trabalhadora realizado nos dias 23 a 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo/SP, no dia 28 de agosto deste mesmo ano os delegados presentes neste congresso aprovaram o estatuto e elegeram a nova direção nacional do colegiado coordenada pelo metalúrgico Jair Meneguelli do sindicato de São Bernardo e Diadema.

No ano de 1984 a Central Única dos Trabalhadores realiza o primeiro congresso na cidade de São Bernardo do Campo, neste período do Golpe Militar onde a característica principal era a falta de democracia e cancelamento de direitos civis, perseguição política, repressão, tortura; a CUT é fundada com objetivo de fortalecer a

---

<sup>4</sup> Episódio relatado nas atas da Federação dos Trabalhadores em Educação de MS - FETEMS

democracia, resgatar direitos, visando o desenvolvimento com distribuição de renda e com valorização do trabalho.

Para Marques (2007) a Central Única dos Trabalhadores/ CUT tem como princípio a liberdade e autonomia sindical com o compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao estado, governos, patronatos, partidos, instituições religiosas e qualquer outro organismo de caráter institucional.

Neste sentido a FETEMS ao filiar-se a Central Única dos Trabalhadores fortalece o Movimento Social Sindical dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul e se consolida como estrutura organizada representativa dos/as trabalhadores/as da educação pública do estado.

Com a Constituição promulgada em 1988, assegurando o direito à livre associação profissional ou sindical e também o direito a greve, as Associações de Professores Municipais passam a ser nominadas de Sindicatos Municipais de Trabalhadores em Educação-SIMTED.

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (BRASIL, 1988, s/p)

(...) **VI** - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

(...) **VII** - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (BRASIL, 1988, s/p)

O sindicalismo docente dos profissionais da educação básica pública de Mato Grosso do Sul é representado pela Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul- FETEMS em âmbito estadual, atualmente a entidade possui 74 Sindicatos Municipais de Trabalhadores em Educação- SIMTEDs afiliados, e a maioria destes Sindicatos Municipais representam trabalhadores de educação básica das redes municipais e estadual de educação. Na cidade de Sidrolândia temos dois Sindicatos Municipais filiados à Federação dos Trabalhadores em Educação, o Sindicato Municipal

dos Trabalhadores em Educação – SINTED Sidrolândia com filiados profissionais da educação básica da rede estadual criado em 1984 e o Sindicato dos Profissionais de Rede de Ensino Municipal de Educação Básica de Sidrolândia- SIPREMS criado em 2017. Em Campo Grande também temos dois sindicatos filiados a FETEMS, o Sindicato Campo-Grandense de Profissionais da Educação Pública- ACP que representa o grupo magistério da Educação Básica da rede municipal e estadual de Campo Grande e o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação da rede estadual – SIMTEDE que representa os profissionais administrativos da rede estadual da cidade de Campo Grande.

Em sua estrutura organizativa a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul – FETEMS é composta por 21 (vinte e um) membros titulares na Direção Executiva que é composta pelos seguintes cargos: Presidente/a, Vice-Presidente/a, Secretária Geral, Secretária Geral Adjunta, Secretária de Finanças, Secretária Adjunta de Finanças, Secretária para Assuntos Jurídicos, Secretária de Formação Sindical, Secretária de Políticas Educacionais, Secretária de Funcionários Administrativos, Secretária de Comunicação, Secretária de Administração e Patrimônio, Secretária de Política Municipal, Secretária de Políticas Sociais, Secretária dos Aposentados e Assuntos Previdenciários, Secretária dos Especialistas em Educação e Coordenadores Pedagógicos, Secretária de Relações de Gênero, Secretária de Combate ao Racismo, Secretária de Saúde dos Trabalhadores/as em Educação, Departamento dos Trabalhadores em Educação no/do Campo, Departamento de Educação Infantil, para a Direção Executiva são eleitos 7 (sete) suplentes.

A FETEMS possui ainda 14 (quatorze) Vice-Presidentes Regionais que tem jurisdição na região onde são eleitos. Sendo assim organizadas:

- Vice- Regional Aquidauana que compreende os municípios de: Aquidauana, Anastácio, Miranda, Bodoquena e Dois Irmãos do Buriti.
- Vice- Regional Campo Grande, compreendendo os municípios de: Campo Grande, Terenos, Jaraguari, Bandeirantes, Rio Negro, Corguinho, Rochedo, Ribas do Rio Pardo, Sidrolândia, Camapuã e Figueirão.
- Vice- Regional de Coxim, com os municípios de Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde, São Gabriel do Oeste, Sonora e Alcinópolis.
- Vice- Regional de Corumbá, com os municípios de Corumbá e Ladário.
- Vice- Regional de Dourados, com os municípios de Dourados, Itaporã, Douradina, Caarapó, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul e Juti.



- Vice-Regional de Nova Andradina, com os municípios de Nova Andradina, Angélica, Bataguassú, Anaurilândia, Batayporã, Ivinhema, Taquarussú, Novo Horizonte do Sul e Santa Rita do Pardo.
- Vice -Regional de Naviraí, que compreende os municípios de Naviraí, Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí e Japorã.
- Vice- Regional de Três Lagoas com os municípios de Três Lagoas, Selvíria, Brasilândia e Água Clara.
- Vice-Regional de Ponta Porã, com os municípios de Ponta Porã, Aral Moreira, Antônio João e Laguna Carapã.
- Regional de Amambaí, com os municípios de Amambaí, Coronel Sapucaia e Paranhos.
- Regional de Tacuru compreendendo os municípios de Tacuru, Sete Quedas e Iguatemi.
- Vice-Regional de Paranaíba, compreendendo os municípios de Paranaíba, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica e Paraíso das Águas.
- Vice-Regional de Jardim, com os municípios de Jardim, Guia Lopes, Nioaque, Bonito, Porto Murtinho, Bela Vista, Caracol e maracajú.
- Vice-Regional de Fátima do Sul, Fátima do Sul, Deodápolis, Glória de Dourados, Jateí e Vicentina.

Conforme prevê o estatuto da entidade as eleições para a Diretoria Executiva e Vice-Regionais serão realizadas quadrienalmente na primeira semana de junho, através de voto direto secreto de todos os filiados no mínimo a três meses antes da eleição e que estiverem quites com a Secretaria de Finanças da FETEMS.

Também compõe a Direção Estadual da Federação dos Trabalhadores em Educação/ FETEMS os Delegados de Base da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/ CNTE são 3 (três) eleitos entre os/as delgados/as na Assembleia Geral da FETEMS entre os eleitos como delegados em suas respectivas Assembleias Municipais. O mandato dos Delegados de Base da CNTE será igual ao mandato da Direção Executiva. Em Assembléia Geral também são eleitos os 5 (cinco) membros do Conselho Fiscal com mandato igual ao da Diretoria da entidade.

São instâncias da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul/ FETEMS: Congresso Estadual da FETEMS, Conferência Estadual de Educação,

Assembleia Geral, Assembleias Regionais, Direção Estadual, Direção Executiva, Conselho de Presidentes e Conselho Fiscal. O Congresso Estadual é a instância soberana da FETEMS é integrado por delegados eleitos em Assembleias Gerais nos seus respectivos Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação/ SIMTEDs, ao Congresso Estadual da FETEMS compete: definir a Política Educacional, cultural, social, econômica e sindical da FETEMS, fixar campanhas reivindicatórias em nível estadual, avaliar a implantação das políticas das campanhas fixadas em Congresso anterior, apreciar e deliberar sobre reformas estatutárias encaminhadas pelas assembleias gerais. O Congresso estadual da FETEMS será realizado trienalmente.

Os temas abordados nas atividades da FETEMS são os que afetam diretamente nossa vida profissional e políticas educacionais e de certa maneira afetam a vida pessoal e a qualidade de vida dos trabalhadores em educação, por isso a Federação participa permanentemente dos rumos da política, pautando as reivindicações dos/as trabalhadores e trabalhadoras em documentos protocolados como “Carta Compromisso” aos candidatos a gestores, seja na esfera municipal ou estadual.

As atividades organizadas pela FETEMS não ficam exclusivamente voltadas aos trabalhadores em Educação, os atos, mobilizações e paralisações são contra retirada de direitos, como realizamos vários contra a Reforma da Previdência, pelo direito à vacina para todos/as na pandemia de COVID/19, mobilizações contra o desemprego, contra a carestia que a política econômica do então governo Jair Bolsonaro instalou no país, participamos anualmente do Grito Dos Excluídos. A FETEMS mantém uma articulação com outros movimentos sociais; como o Movimento Sem Terra/ MST, Movimento de Mulheres, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Marcha das Margaridas e Grupos como Trabalhos e Estudos Zumbi e UNEGRO.

Constarão nesta dissertação de mestrado as entrevistas realizadas com Diretores e Ex-Diretores que compõem ou compuseram a direção estadual da FETEMS sobre a interferência do Neopentecostismo na Educação Pública de Mato Grosso do Sul, como se dá esta interferência e como a FETEMS tem combatido as mesmas.

Nas entrevistas realizadas após as apresentações com: nomes, idade, formação, cargo que ocupam na Direção da FETEMS os Diretores foram questionados se acreditam que exista interferência de grupos ou Igrejas Neopentecostais na organização sindical e na formulação das Políticas Educacionais no estado de Mato Grosso do Sul? Como tem sido a resistência da FETEMS a estas pressões? Quais são os principais assuntos/ temas

afetados? E como isso afeta a qualidade de vida dos profissionais da educação da rede pública? Estas questões foram apresentadas como roteiros de entrevistas semiestruturadas, onde os sujeitos da pesquisa, diretores/as da FETEMS entrevistados mergulharam em suas vivências de lutas, resgataram memórias para trazer ao momento da entrevista subjetividades e impressões pessoais.

Sobre a minha relação de proximidade com os sujeitos da pesquisa entrevistados/as, que são os diretores e diretoras da FETEMS, entidade que compoño a Direção Executiva no cargo de Secretária Geral há seis anos, mantemos uma convivência diária com pelo menos oito pessoas, que estão cedidas (liberação para mandato classista pela rede estadual e rede municipal no meu caso).

Na realização das entrevistas que foram gravadas com uso de aparelho celular para posterior transcrição, é manifesta a vivência de familiaridade com os/as Diretores/as da FETEMS que convivo diariamente, sobre isso Silveira aponta:

[...] vivendo a ambiguidade de uma situação que se assemelha a uma conversa casual, mas que, ao contrário desta, esta previamente marcada por algum objetivo de “obter informações, impressões, sentimentos” sobre um evento, situação... – e por essa razão, é fadada a “não desaparecer”, tornando-se registro gravado, transcrição, exemplo de texto acadêmico – o entrevistador oscila entre a familiaridade e a diretividade, o distanciamento (que tanto se prescrevia como “método de pesquisa”) e o envolvimento linguajeiro mormente em que em virtude de outros arranjos sociais podem conversar despreocupadamente (SILVEIRA, 2002, p. 135)

A FETEMS é uma entidade sindical que desde o ano de 1978 atua em defesa e valorização dos trabalhadores em educação e promoção da educação pública, que convoca trabalhadores e sociedade para diálogos constantes seja por representantes da categoria com reuniões de Direção Estadual, Conselho de Presidentes ou Assembleias Gerais, que professores e administrativos delegados de cada Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED) deliberam pautas da categoria ou em Conferências e Congressos promovidos pontualmente para debater, encaminhar e deliberar para a atuação da entidade na luta por uma educação democrática e de qualidade.

Na condição de Secretária Geral da FETEMS tenho tido a oportunidade de acompanhar o trabalho dos 74 Sindicatos Municipais dos Trabalhadores na Educação

afiliados à FETEMS, que por meio desta organização tem grande representatividade entre os trabalhadores em educação do estado de Mato Grosso do Sul.

A partir de minha experiência como militante do movimento sindical sigo acreditando e lutando que a educação é instrumento de transformação social, e todos os sujeitos envolvidos nessa luta cumprem um papel político fundamental.

Acredito que o Movimento Social Sindical pode contribuir para uma educação descolonizadora e para isso a atuação da entidade sindical na qual milito deve promover debates embasando uma educação decolonial, crítica e intercultural, visando superar esta visão do pensamento moderno que caracteriza as diferenças como anormalidade.

A interculturalidade crítica possui um significado intimamente ligado com a construção de um projeto social, cultural, educativo e político voltado para a transformação social. A colonização implantou hierarquias de ser e de valor que dividem o mundo, nela está contida a subalternização da mulher, discriminação racial/ cultural de negros e indígenas, estigmatização dos homossexuais e deficientes, perseguições e intolerância religiosa. A visibilização destes conhecimentos outros e de valores ancestrais são os elementos fundamentais na construção deste processo identitário com enfoque descolonizador e intercultural crítico como afirma Sacavino (2016):

[...] é importante reconhecer e validar outros conhecimentos que surgiram e são produzidos nas lutas sociais dos grupos e povos que sofreram especialmente a colonização, visualizar nos processos educativos outras formas de construção de conhecimentos (p. 194)

Nesse contexto esta dissertação de mestrado busca analisar a interferência das igrejas neopentecostais na organização e valorização dos profissionais da educação da rede pública em Mato Grosso do Sul um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) e como isso interfere na qualidade de vida desses profissionais, bem como isso implica na luta pela valorização dos trabalhadores em educação da rede pública de Mato Grosso do Sul.

Nos últimos anos a Federação dos Trabalhadores em Educação e os Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação afiliados, tem travado diversas lutas com agentes políticos e grupos sociais que atacam os princípios democráticos da educação pública buscando a imposição de ideais do conservadorismo político e da liberalidade econômica.

Estes movimentos tem aumentado tendo em vista a eleição do Ex- Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, eleito para o mandato 2018-2022, que representou um governo de extrema direita e buscou sufocar os princípios da educação emancipadora, neste cenário ganharam reforço projetos como Escola Sem Partido e programas de Escolas Cívico Militar, sabendo que estes agentes políticos e grupos sociais promovem uma interferência direta na atuação dos profissionais da educação nas instituições públicas, especialmente no tocante ao trabalho com os temas cultura, identidade, gênero e diversidade. Na gestão do então Presidente Bolsonaro (2018/2022) temas e debates importantes foram criminalizados, trazendo prejuízo ao trabalho aos professores e também promovendo retrocesso histórico.

Para Ribeiro (2016) “Afirmar a laicidade da escola pública, bem como o pluralismo e a democracia, são tarefas fundamentais da escola emancipadora. Debater temas como a emancipação feminina, o racismo e a homofobia não podem ser considerados crime.” Com o conservadorismo instalado na gestão do então Presidente Bolsonaro (2018/2022) os professores sentiram se coagidos a não trabalhar estes temas, membros de Igrejas ou grupos Neopentecostais espalharam *fake news* (notícias falsas) sobre o trabalho de determinados temas, como livros da escola sem homofobia que foram disseminados como kit gay, banheiros unissex em escolas de Educação Infantil, sobre as religiões de matriz africana previstos na matriz curricular, criminalizam e demonizam todas as crenças da cultura afro, estes grupos incentivam alunos a filmar e denunciar o que os professores estão trabalhando em sala de aula

Mesmo com a previsão constitucional de um estado laico onde Estado e Igrejas deveriam atuar de forma separada, há uma grande influência das Igrejas Neopentecostais nas atividades desenvolvidas nas escolas públicas, com a “demonização do diferente”, que é um traço da colonialidade deixada pelos grupos dominantes, que buscam sucumbir subjetividades atacando também grupos afirmativos e movimentos sociais, entre eles o movimento sindical que luta e resiste a esta interferência. Nas entrevistas realizadas, os/as diretores relataram em relação a interferência na organização sindical e na formulação de Políticas Educacionais para o estado de Mato Grosso do Sul;

Com relação à formação, a concepção de sindicato sim, primeiro que eles demonizam né, eles desconjuram o movimento sindical, porque na cabeça deles é o que prega o comunismo, vem com estas ideias ultraconservadoras, eles pensam que no movimento sindical acaba com a visão de família, e é o contrário né, o que o movimento sindical mais faz é respeitar a diversidade de família

que existe, desconstroem aquilo que a gente construiu; uma educação libertadora embasada em Paulo Freire, pensar a educação para o respeito a diversidade, respeito as diferenças, combater a violência contra a mulher, e tudo isso parece que a gente está falando de algo contra Deus, contra o que está posto aí na sociedade (Entrevista realizada com: Onivan de Lima Correia – 42 anos – Secretaria de Formação Sindical da FETEMS - setembro de 2022).

A interferência destes grupos ou igrejas neopentecostais tem ocorrido nos municípios inclusive em mobilizações organizadas pelos Sindicatos Municipais para o cumprimento de políticas salariais como Piso Salarial Nacional dos Professores, conforme relata a diretora da FETEMS que também é Presidente de um Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação/SIMTED de uma cidade do interior:

O posicionamento é das igrejas, mas muitas vezes interferem nas pessoas, por exemplo de tomar decisão como participar de uma mobilização pela negociação de salários, eles acham que a gente não deveria fazer uma paralisação, porque o pastor orienta a não participação destas atividades. (Entrevista realizada com: Maria do Carmo Drumond – Secretaria de Relações de Gênero da FETEMS e Presidenta de SIMTED de Bonito/MS - novembro de 2022).

De acordo com a entrevistada, a interferência da opinião e orientação de pastores a não participação de professores/as nas atividades de mobilização, cobrança por direitos coletivos, no caso a mesma cita a negociação de salários, isso afeta de maneira muito forte o movimento social sindical que nas negociações com gestores municipais ou estaduais, caso as cobranças por políticas salariais não avancem, para sensibilização da sociedade e tensionamento de gestores, o movimento sindical faz opção por mobilizações, manifestações de rua e até mesmo greves.

Na articulação entre as falas dos entrevistados anteriores podemos observar primeiro a fala contrária ao movimento social sindical e todas as pautas que os sindicatos apresentam, e caso o membro/a de uma igreja neopentecostal ser sindicalizado/a orientação é não participar das atividades chamadas pelo sindicato.

A luta pela garantia dos direitos coletivos é comprometida quando as lideranças de igrejas orientam os membros desta a não participarem das atividades de mobilização, muitas vezes estes mesmos filiados cobram as entidades sindicais pelo cumprimento das Leis, reajustes salariais mas se recusam a estar nas mobilizações para tensionar gestores,

essa situação gera atritos entre os próprios profissionais, pois os que participam das mobilizações cobram os que não participam por serem filiados e não cumprirem com o que é deliberado coletivamente em Assembleias Gerais da categoria. Segundo Apple (2006) o ataque dissimulado aos professores pelo conservadorismo e especialmente aos sindicatos dos professores, desempenham papel importante como desmobilização sindical ou, pelo menos, o enfraquecimento maciço do poder dos professores, temos acompanhando esta situação nos sindicatos de base filiados a esta federação o que tem trazido muitos prejuízos à luta coletiva.

O campo da educação pública é um dos que sofre maior ataques da direita conservadora estas interferências ou ataques ocorrem pelos grupos ou igrejas neopentecostais, que interferem nos currículos escolares, nas entidades sindicais como nos sindicatos de base filiados a nossa federação, como descrito acima na transcrição das entrevistas realizadas com os diretores da FETEMS e também nas políticas educacionais em âmbito municipal e estadual em Mato Grosso do Sul.

Segundo Apple (2006) este avanço da onda conservadora reforça a privatização e comercialização da educação, incluindo valores individuais como a meritocracia e em interpretações fundamentalistas da moralidade cristã, elencam o que se deve ser transmitido às crianças, somente o que se considera autoridade e os textos sagrados. Reforçam ainda o binarismo nós/eles “nós trabalhadores esforçados, decentes e virtuosos e homogêneos, somos os que respeitam as leis e os “eles” são muito diferentes: preguiçosos, imorais, permissivos e heterogêneos” (APPLE, 2006, p. 37).

A interferência destes grupos ou igrejas neopentecostais nas políticas educacionais produz subjetividades que são impostos como ideal, reforçando padrões estereotipados como de meninas princesas, dificultando ou coibindo totalmente o debate sobre a emancipação feminina e igualdade de gênero, esta postura reforça o padrão patriarcal e tradicional dos colonizadores, que considera tudo que é diferente deste padrão inferior, reforçando cada vez mais uma hierarquia imposta por esta colonialidade: de classe, gênero e principalmente de raça.

Para Maldonado-Torres (2007, p. 131) a colonialidade:

[...] se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o

trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, ainda que o colonialismo tenha precedido à colonialidade esta sobrevive após o fim do colonialismo. A colonialidade se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Enfim, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente.

A colonialidade é inerente a nós, e não percebemos, faz parte da nossa constituição histórica, decorre da colonização, da relação dominação/exploração incluindo a negação do Outro. A colonialidade é uma ideia de superioridade baseada no eurocentrismo onde o homem branco heterossexual é superior, e quem está fora desse padrão ou deve ser enquadrado ou excluído.



#### **4. QUEM SÃO E COMO AS IGREJAS EVANGÉLICAS NEOPENTECOSTAIS VEM DESENVOLVENDO AÇÕES EM BUSCA DE INFLUENCIAR AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DE SUAS CRENÇAS.**

Para iniciar este capítulo faremos aqui uma breve introdução sobre a Reforma Protestante, movimento religioso que ocorreu na Europa no século XVI onde questionava-se a autoridade Papal e a venda de indulgências realizada pela igreja Católica Apostólica Romana. Martinho Lutero o principal expoente da Reforma Protestante foi estudante de um mosteiro e aos 24 anos já celebrara sua primeira missa, aos 28 anos recebeu o título de Doutor em Teologia, quando enviado a Roma percebeu como a corrupção tinha tomado conta da igreja romana. Estudou a bíblia nos textos originais e desenvolveu a ideia que somente na bíblia existe a verdadeira autoridade, sua doutrina prevê a justificação somente pela fé (FERNANDES et al, 2016).

Após o movimento reformista várias igrejas surgiram na região da Europa, que foram denominadas evangélicas, mesmo permanecendo dominante o catolicismo. Pois caminhavam de mãos dadas com o imperialismo eclesiástico da Espanha, enquanto Portugal e França de mãos dadas com o imperialismo político. Surgiu então mais uma ordem para amenizar o crescimento do protestantismo, esta ordem é chamada de Ordem dos Jesuítas, os jesuítas tiveram papel preponderante em toda expansão missionária, esta ordem missionária trouxe prestígio e novas terras que foram conquistados por Espanha e Portugal.

O Protestantismo histórico também se dividiu formando denominações cristãs como; Luterana Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista. O Pentecostalismo nasce no começo deste século sendo herdeiro e descendente do metodismo Wesleyano. Para Mariano 2010:

[...] os pentecostais diferente dos protestantes históricos, acreditam que Deus, por intermédio do Espírito Santo e em nome de Cristo continua agir hoje da mesma forma que o cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bênçãos e dons espirituais, realizando milagres, dialogando com seus servos, concedendo infinitas amostras concretas do seu supremo poder e inigualável bondade. (MARIANO, 2010, p. 10)

O crescimento do pentecostalismo se constituiu um fenômeno mundial, este ramo do cristianismo formado no início do século na América do Norte cresceu de maneira acelerada, especialmente em sociedades em desenvolvimento, tratando-se de um processo de globalização ou transnacionalização, como multinacionais com filiais espalhadas por diversos países.

O termo Neopentecostal surge nos E.U.A na década de 1870 designando as cisões pentecostais das igrejas protestantes, movimento que posteriormente foi designado de carismático, o prefixo NEO designa para sua formação recente e também para o caráter de novidade que o neopentecostalismo traz, reformulando toda base protestante pentecostal das igrejas evangélicas que surgem a partir dele.

Para Mariano (2010) para ser denominada Neopentecostal uma igreja mesmo que fundada a partir da década de 70 deve apresentar características teológicas e comportamentos distintos, quanto menos sectária (relativo a seita) e ascética (abstenção dos prazeres materiais) e quanto mais liberal e com tendência a investir em atividades extra igrejas (empresariais, políticas, culturais, assistenciais). Nas igrejas neopentecostais não existe homogeneidade teológica e pela crescente influência exercida pela mídia sobre as demais igrejas, mesmo estas não estando classificadas como neopentecostais.

Vamos trazer uma breve definição ou categorização tipológica das igrejas de matriz protestantes, trazidas por Mariano (2010): “Protestantismo Histórico”, Pentecostalismo Clássico”, “Deuteropentecostalismo” e “Neopentecostalismo”. Sobre o Protestantismo Histórico refere-se aos primeiros protestantes que chegaram ao Brasil, sem motivação religiosa, mas com objetivo comercial colonizador nos anos de 1500; destas cita: igrejas Episcopal Anglicana do Brasil (1810), Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (1823), e Protestantismo de Missão: Igrejas Presbiteriana (1859), Metodista (1867), Batista (1882).

Sobre o Pentecostalismo Clássico refere-se as primeiras Igrejas Pentecostais que surgiram em solo brasileiro que são inspiradas no movimento de evangelização em massa com ênfase em curas que também foram classificadas agências de cura divina e se desenvolveram também sob a lógica da filosofia da prosperidade e exorcismos em público. Para Ricardo Mariano (2010) o Pentecostalismo Clássico introduziu-se através de ondas, sendo a primeira no período de 1910 a 1950 composta pelas primeiras igrejas pentecostais a se organizarem no Brasil a Congregação Cristã do Brasil (1910) e a

Assembleia de Deus (1911) “sempre apresentaram claras distinções eclesiásticas e doutrinárias que, com o passar do tempo, geraram formas e estratégias evangelísticas e de inserção social bem distintas” (MARIANO, 2010, p 23) além do pioneirismo, a transformação da sociedade adepta nestas instituições religiosas que ao longo do tempo ascenderam social e economicamente conquistando respeitabilidade confessional também estimulou a formação teológica do seu clero.

A segunda onda veio em um contexto de urbanização, organizada para a sociedade de massa e popularização das mídias, especificamente na região de São Paulo, período mais curto entre os anos de 1950 e 1960, mas de maior intensidade e pluralidade institucional pentecostal, “trouxeram para o Brasil o evangelismo de massa centrado na mensagem da cura divina” (MARIANO, 2010 p, 30). Esta segunda onda pode ser representada pelas seguintes denominações/ grupos: Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962) estas igrejas provocaram a fragmentação denominacional do pentecostalismo brasileiro que praticamente só contava com Assembleia de Deus e Congregação Cristã. Sobre estas duas primeiras ondas pentecostais possuem diferenças apenas nas ênfases que cada qual confere ao dom do Espírito Santo, a primeira o dom de línguas a segunda o dom de curas.

A terceira onda ocorreu especificamente dentro do contexto carioca nos anos 1970 com expansão do processo de urbanização e comunicação e também de decadência econômica com crescimento da violência urbana, com a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional do Reino de Deus (1980).

A Igreja Universal do Reino de Deus torna-se marca deste movimento pois seu crescimento foi exponencial não só no Brasil, mas inclusive exportando religiosidade para outros continentes e transmitindo de forma massiva através de rádio e televisão com uma religiosidade mágica associando exorcismo e práticas de cura e prosperidade. O surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus marca a maior novidade do pentecostalismo brasileiro, surge então o pentecostalismo autônomo.

Para Mariano:

[...] o pentecostalismo autônomo participa ativamente da política partidária, tem importante função terapêutica baseada na cura divina, na prosperidade e nos rituais de exorcismo, os quais “dão nome aos bois” e culminam na “guerra santa”. Contém “doses maciças de misticismo”, incluindo o uso de objetos como mediação do sagrado. Nos cultos,

concede liberdade às “expressões emotivas” propiciando catarse individual e coletiva. (MARIANO, 2010, p. 35)

O “Deuteropentecostalismo” que na definição de Ricardo Mariano (2010, p. 30) é “segundo pentecostalismo” deu-se as inovações ocorridas nas práticas evangelísticas e nas crenças dos pastores e fieis nos anos 1950 e 1960 principalmente em São Paulo, este grupo de Pentecostais dá ênfase a cura divina, diferente dos primeiros que se dava pela glossolalia ou capacidade de falar em línguas (língua dos anjos), o dom da cura foi um grande mecanismo de divulgação e catequese da fé pentecostal no Brasil e também em outros países como Estados Unidos, África e Ásia, trazidos pelo grupo “Internacional Church of the Foursquare Gospel” ou Igreja do Evangelho Quadrangular em 1953.

Estas igrejas organizavam chamadas divulgadas em rádios e alto falantes anunciando a chegada do pastor ou missionário com dom de cura e libertação, organizando-se em tendas de lona, quadras de esportes, campos de futebol, com o sucesso desta estratégia apareceram outras denominações pentecostais sendo elas: O Brasil para Cristo (1955), Deus é Amor (1962), Casa da Benção (1964), destas a Igreja Deus é Amor é a que se mantém fiel às características tradicionais se fundamentando em uma leitura bíblica literalista, na batalha espiritual e cura divina, as demais igrejas se modernizaram com mudanças estéticas e eclesiológicas, a Igreja Deus é Amor mantém usos e costumes e rigor moral.

Mariano (2010) denomina as Igrejas Neopentecostais de terceira onda: o segmento das igrejas que se estrutura a partir de determinadas características marcadas por continuidades e rupturas com o Pentecostalismo Nacional a partir dos anos 1970, no Brasil conhecida como avivada ou carismática “a terceira onda demarca o corte histórico-institucional da formação de uma corrente pentecostal que denomino neopentecostal” (2010 p. 33) ou seja a igreja tradicional que aceita os dons espirituais no cotidiano, no culto e até em pequenos grupos rompendo com a estrutura eclesiástica.

Em Mariano (2010) aponta quatro características fundamentais das igrejas que compõem este segmento sendo: exacerbação da guerra espiritual contra o diabo, pregação enfática da Teologia da Prosperidade, dispensa dos estereotipados usos e costumes de santidade e forma de organização empresarial, para Mariano (2010, p. 36) a principal ruptura do Neopentecostalismo com o asceticismo e sectarismo Pentecostal tornando-se uma religião mundana ou de “afirmação do mundo” estas igrejas moldaram-se a

modernidade capitalista. A definição de Igreja Neopentecostal ocorre por diferenciação teológicas, comportamentais e sociais.

As igrejas que inovaram o pentecostalismo brasileiro compondo o movimento Neopentecostal: Igreja Nova Vida (1960), Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), Igreja Evangélica Cristo Vive (1986), Sara Nossa Terra (1976), Comunidade da Graça (1979), Renascer em Cristo (1986), Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994) e Igreja Mundial do Poder de Deus (1998), além de igrejas também aparece em instituições paraeclesiásticas como ADHONEP – Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno, Comitê Cristão de Homens de Negócio e a Missão Evangélica Shekinah.

A religiosidade Neopentecostal possui diferenças de caráter teológico, doutrinário e comportamental quando se compara às pentecostais que confere seu modo de afirmação no mundo sem ruptura com aspectos da moralidade cristã, na teologia com fidelidade aos mandamentos bíblicos e aos comportamentos conservadores da moral cristã. No entanto a guerra espiritual contra o diabo e seus demônios e a Teologia da Prosperidade se encontram presentes neste segmento religioso com maior percepção.

Os movimentos teológicos norte-americanos possuem forte influência na formação teológica brasileira como exemplo o teólogo Peter Wagner que desenvolveu a “Teologia dos Espíritos Territoriais” que afirma que o diabo delega demônios específicos para áreas e regiões geográficas para dominarem e ali permanecerem, estes espíritos tornam-se chaves explicativas para os problemas sociais ou contrariedade à moral cristã; problemas na política, traição extraconjugal, prática homossexual, índices de violência e mortes que por meio dos espíritos demoníacos dominam estes lugares e para realizar a expulsão e libertação é necessário que os cristãos declarem em voz alta e por meio de orações e atos proféticos a expulsão.

Para Mariano (2010) entre os Neopentecostais houve uma intensificação dessa guerra e a figura do diabo aparece com muito mais força e em locais diversos como em músicas profanas, bonecos, desenhos infantis, filmes, esta crença se fundamenta que o reino espiritual é mais real que o mundo material e ações nesta esfera produzem efeitos reais na vida individual e coletiva.

Esta ampla divulgação da existência de espíritos malignos em múltiplos ambientes e a necessidade de combate-los tem acirrado a intolerância religiosa e perseguições a

outras religiões, especificamente de matriz africana, transformando-se em violência física e moral. Com uma grande ênfase nos “rituais de exorcismo e o repúdio à umbanda acarretam ataques aos cultos afro brasileiros, dos quais procura libertar seus fiéis” (MARIANO, 2010, p. 36) mas em várias celebrações em referência à própria umbanda realiza maioria das vezes nas sextas feiras rituais de descarrego onde para libertar os fiéis os mesmos são aspergidos galhos de arruda molhados com água benta e sal. As maiores vítimas são os cultos afro-brasileiros, que padecem de hostilidades e suas crenças são desrespeitadas, satanizadas e rebaixadas moralmente.

Essa mudança na constituição demográfica religiosa da sociedade interfere diretamente na escola pública. Para Martins:

Não há, num primeiro momento, problemas nessa nova composição de força, visto que o espaço público, laico, constitui-se por um mosaico de expressões dos diferentes grupos que o compõe, logo a aparição e o debate pelas/nas diferenças são bem-vindos e necessários. A controvérsia se coloca quando um grupo específico, com seus princípios e valores, ao buscar sua representatividade pública, de forma intencional ou não, anula ou esmorece os dispositivos que garantem a pluralidade no contexto público. Objetivando a institucionalização de suas crenças e credos por meio de uma universalização normalizadora. (MARTINS, 2022, p. 5)

Ressaltamos aqui nesta dissertação a importância das manifestações culturais e religiosas no espaço plural que é a escola pública, o que trazemos para este debate é a sobreposição de uma religião sobre as demais, inculcando nas outras uma subalternidade, menosprezando as manifestações populares, onde subjetividades se organizam e se manifestam.

No ambiente escolar educação e cultura se entrelaçam, se articulam e não podem ser considerados de maneira separada, não é possível desconsiderar as diferentes identidades culturais presentes na escola, sendo fundamental “valorizar todas as diferenças combatendo toda forma de preconceito e discriminação” (CANDAU, 2014, p. 41)

Sobre a inferiorização das religiões de matriz africana trago a fala de uma entrevistada:

[...] assim Ana eu enquanto religião de matriz africana do candomblé, eu vejo que as pessoas tem muito preconceito, eu sou profissional administrativa e vejo isso por parte dos próprios professores que assim que acha que a criança que é do

candomblé, é uma criança que adora o demônio (...) hoje por exemplo se a gente coloca um turbante e vai para o local de trabalho as pessoas de lá perguntam assim, você está fazendo tratamento de saúde né, caiu seu cabelo? Então as crianças não rapam mais a cabeça quando faz santo por causa do preconceito. (Entrevista realizada com: Idalina Silva, Secretária dos Funcionários Administrativos - setembro de 2022)

Na fala da entrevistada é perceptível o preconceito que a mesma enfrenta dentro da instituição por parte inclusive dos demais profissionais da educação do grupo magistério, pois deturpa o motivo da mesma usar turbante no dia em que a religião da mesma orienta o seu uso, mesmo com a Lei 10.639/2003<sup>5</sup> incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” os profissionais do grupo magistério da instituição onde a diretora entrevistada trabalha fazem julgamento premeditado pelo uso do turbante em dias de costume.

Há quase vinte anos após a aprovação da Lei 10.639/2003 que prevê a compreensão do contexto plural da sociedade em que vivemos, “o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes a história do Brasil” mesmo com a obrigatoriedade no currículo da educação básica pública, alguns profissionais da educação ainda não reconhecem/aprofundam para a real implementação da legislação pois isso interfere de maneira decisiva na construção de pedagogias que agregam toda diversidade e que busca educar pessoas para relações sociais baseadas no respeito às diferenças e diversidade.

Com a insistente interferência dos grupos e igrejas neopentecostais nas políticas educacionais de Mato Grosso do Sul e nas atividades escolares desenvolvidas pelos profissionais da rede pública encontramos maior dificuldade na implementação da Lei 10.639/2003 que preconiza o ensino de cultura e história afro-brasileira na educação básica, alguns membros destes grupos ou igrejas que atuam nas escolas não desenvolvem as atividades previstas como celebração do dia 20 de novembro, dia nacional da

---

<sup>5</sup> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Consciência Negra, esta data faz referência a data da morte de Zumbi um dos símbolos da luta contra a escravidão e também pela liberdade de culto religioso e pela prática da cultura africana.

Assim como a profissional administrativa da educação que apresentamos o excerto acima, muitos alunos/as também ficam receosos de manifestar suas crenças na escola, por conta do preconceito de alguns profissionais dentro das escolas públicas.

A promoção de uma educação descolonizadora e intercultural neste processo deve propor outros enfoques de se relacionar como antipatriarcal, antirracista, antissexista, com diversidade de conhecimentos e que respeite a diversidade religiosa. A educação na perspectiva de interculturalidade para Candau;

[...] promove-se o reconhecimento de diversos saberes e o diálogo entre diferentes conhecimentos, combate-se as diferentes formas de des-humanização, estimula-se a construção de identidades culturais e o empoderamento das pessoas e grupos excluídos, favorecendo processos coletivos na perspectiva de projetos de vida pessoal e de sociedades “outras. (CANDAUI, 2012, p. 72)

Nos processos educacionais e em todos os espaços formativos onde se busca superar estas relações coloniais que traz em uma imposição via formação educacional institucional, deste padrão cultural único, branco, eurocêntrico, machista com forte implicação judaico-cristão, mesmo a educação escolar tendo sido colocada a serviço da modernidade, com o discurso monoculturalista de escola única para todos, é possível propor uma educação intercultural promovendo o reconhecimento e valorização das diferenças culturais.

As igrejas neopentecostais no qual tratamos de sua interferência na organização sindical docente e nas políticas educacionais de Mato Grosso do Sul, possuem forte apelo capitalista trazendo a Teologia da Prosperidade que prega a riqueza como um fim, pois a salvação começa nesta vida e o crente tem direito de ser rico porque Deus é dono do ouro e da prata e como filhos o crente tem a riqueza como herança, esta é uma maneira de acomodar o crente ao sistema capitalista, reproduzir a lógica empreendedora, assumir a lógica de mercado e livre concorrência e também a de mérito pessoal;

[...] com promessas de que o mundo seria lócus de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, herdeiros das promessas divinas, a Teologia da Prosperidade veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação ao mundo de várias igrejas neopentecostais aos valores e interesses do



“mundo”, isto é, à sociedade de consumo (MARIANO, 2010, p. 149)

Neste sentido as igrejas e grupo neopentecostais repetem e reforçam as relações de colonialidade, com as investidas e interferências nas políticas educacionais e na atuação do movimento sindical docente, articulam e reforçam pensamentos individualizados e meritocráticos, constroem assim imagens dos coletivos como marginais, e só sairão deste polo negativo, marginalizado, aqueles que fizerem um percurso exitoso;

[...] o ideal do mérito está tão arraigado que termina operando diante dos fracassos como mecanismo de confirmação da sua condição de marginais porque preguiçosos, sem valores de esforço, de êxito (ARROYO, 2012, p. 26)

Este pensamento individualista, da “salvação é individual” e tem que ser merecida por cada um, é implantado e reforçado em todos os espaços, os indivíduos e não os coletivos serão capazes de fazer este percurso, tem levado muitos profissionais a se afastarem dos coletivos, no movimento social sindical profissionais da educação têm se afastado, se retirando da base, se dessindicalizando-se por orientação de próprios líderes religiosos, com o discurso de “cada um tem que correr atrás do seu” e também pela crescente criminalização do sindicato, este movimento tem impactado nos movimentos de rua, em cobranças por reajustes e melhores condições de trabalhos, especialmente em cidades do interior onde pastores tem grande influência em Câmaras Municipais e Prefeituras, em alguns casos com representantes da igreja ou de grupos adeptos ao Neopentecocismo no quadro de gestores.

Na percepção de Mariano (2010), o comportamento religioso liberto dos usos e costumes, característico das igrejas pentecostais, é um dos fatores que tem atraído principalmente a juventude e a classe média

O público alvo das igrejas Neopentecostais tem sido a juventude atraída pelas músicas, linguagem de fácil compreensão e temas relacionados a dilemas cotidianos. Assim as igrejas neopentecostais oferecem uma nova forma de moralidade Cristã que são praticantes de uma moralidade evangélica e ao mesmo tempo livres para viver os prazeres da juventude e da sociedade de consumo, fundamentam que a ascensão e conquistas são

méritos individuais, e que todos podem ocupar espaço no mercado e na escala social confirmando assim a ótica colonial moderna onde,

[...] o mercado apresenta-se como uma estrutura de possibilidades e não como um regime de dominação, esta cria a noção de que a ação humana é livre e não limitada. Resultados como a marginalização, o desemprego e a pobreza aparecem como falhas individuais ou coletivas e não como efeitos inevitáveis de uma violência estrutural. (CORONIL, 2005, p. 58)

Coronil (2005) crítica o globocentrismo onde a submissão dos povos aparece como efeito de mercado e não como consequência de um projeto político intencional. Através da interferência destes grupos religiosos e políticos esta visão meritocrática tem atingido as escolas da rede pública, isso impacta na promoção do direito social e também no direito das minorias, pois implantação da meritocracia pressupõe que todos os indivíduos estão concorrendo em igualdade de condições, e no nosso país sabemos das desigualdades gritantes entre os alunos da rede pública.

A religiosidade neopentecostal não está dentro somente das instituições, mas é uma religiosidade que permeia, atravessa as religiosidades confessionais de algumas instituições evangélicas, as mudanças da organização dos templos também muito perceptíveis: salões imponentes, equipamentos de som de alta tecnologia, sistema de luz de boates e grandes palcos, em comparação ao pentecocismo não tem mais o altar com tecidos de renda e a bíblia sobre ele. Uma das entrevistadas traz este enfoque da presença e disputa dos espaços e das narrativas dos adeptos ao Neopentecocismo.

[...] são os indivíduos que fazem parte de determinadas denominações religiosas e estes indivíduos estão no seus locais de trabalho e no nosso caso então são os professores, são os funcionários de escolas, mesmo os estudantes que em função de uma fé que pratica, uma religião, eles entram dentro da escola e querem influenciar, influenciar na questão dos costumes, do currículo e no modo de ser de vida, mas não poderia dizer assim olha determinada igreja está dentro da escola, são os indivíduos que fazem parte daquela igreja que estão dentro das nossas escolas querendo implementar a doutrinação daquela religião que ele pratica, daquela igreja que participa. E isso não é só no MS, mas com o governo de direita, com o governo Bolsonaro, mas desde 2016 que começa a disputa de cunho religioso, as conexões de comunicação que começa a chegar nessa população então popularizaram isso em todos os locais. (Entrevista realizada com: Fatima Silva - 56 anos – Ex-Presidente da FETEMS, Secretária Geral da CNTE e Vice- Presidenta da Internacional da Educação da América Latina - agosto de 2022)

O avanço do conservadorismo que vivenciamos nestes últimos anos, com reforço muito grande a partir da eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), temos então o avanço de uma religiosidade moralmente conservadora e economicamente liberal, impõem e respeitam um único padrão familiar, para a constituição familiar são conservadores, mas liberais na economia e ocupação dos espaços de debate e formulação de políticas públicas, trazendo a lógica de mercado para dentro das instituições públicas.

com toda certeza, ultimamente eles têm se infiltrado né, e tem conseguido, eu percebo que eles têm tentado ocupar os espaços e tem conseguido, espaços nas instâncias é, onde são discutidas as Políticas Educacionais e inclusive interferindo na legislação com propostas bem complicadas, estão nas escolas também, mas realmente presente dando a cara a tapa nas discussões e só vem infelizmente na desinformação, trabalham muito na desinformação (Entrevista realizada com: Apolinário Candado, Presidente do SIMTED de Caarapó – Vice- Regional Dourados da Direção da FETEMS - setembro de 2022)

Este pensamento intimista, individual e conservador não obedece às fronteiras doutrinárias ou institucionais contribuindo para a participação dos evangélicos neopentecostais no campo político ideológico, ocupam espaços políticos, candidatam-se, trazendo e defendendo pautas de igrejas para câmaras municipais e também estaduais, travando uma luta contra os Movimentos Sociais dentre eles o Movimento Sindical. Conforme narra o diretor da FETEMS no trecho da entrevista transcrito abaixo:

Não só na Política Educacional como na Política em si, hoje estamos vivendo um momento né no Brasil em que vemos as igrejas neopentecostais demonizando a política e nas escolas não é diferente, eles tentam de todas as maneiras de demonizar a escola, quem presta são eles, eles defendem uma tradição, não respeitam as minorias, não respeita o direito do pobre, não respeita o direito do índio, do negro, dos LGBTQIA+, não respeita o MST, eles defendem uma escola assim onde só eles podem interferir, nós temos visto muito isso hoje na política com uma atuação muito forte de fakenews aí demonizando e tudo é pra cima da educação, e a gente fica triste que muitos colegas professores nossos frequentam estas igrejas. Infelizmente nós estamos perdendo muito, o Brasil tem perdido muito por causa dessa interferência dessas igrejas, envolvidas inclusive na política. (Entrevista realizada com: Roberto Botareli – 63 anos – Ex-Presidente da FETEMS e Delegado de Base da CNTE - agosto de 2022)

O crescimento midiático dos Evangélicos Neopentecostais deu-se também com aumento da ocupação dos cargos eletivos, a cada eleição o número de parlamentares que

ocupam as bancadas aumenta, nos discursos dos candidatos/as desta vertente religiosa que pregam existir um projeto de nação que precisa ser desenvolvido pelos fiéis. Este crescimento resultou no fortalecimento da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional que foi criada em 2003 e a cada eleição com aumento da bancada de evangélicos tem se fortalecido cada vez mais.

As pautas da bancada da Frente Parlamentar Evangélica são fundamentadas em uma tradição moral e conservadorismo dos costumes, que tem colidido com o direito das minorias e com as pautas trazidas pelos movimentos sociais, no caso o movimento social sindical pontuando suas reivindicações que as políticas educacionais sejam embasadas no preceito constitucional da laicidade.

Com este avanço dos religiosos nos espaços públicos, nos debates de avaliação do Plano Nacional de Educação, em espaços avaliativos como Conferências Nacionais, Estaduais ou Municipais de Educação, assistimos e enfrentamos uma crescente interferência dos grupos e igrejas neopentecostais nas políticas educacionais.

Uma forte reivindicação por parte destes grupos neopentecostais pela implantação do Projeto Escola Sem Partido com sua pauta extremista, que dissemina um clima de perseguição nas escolas, os idealizadores deste projeto orientam filmar e denunciar professores/as caso estejam debatendo pautas que os mesmos julgam doutrinação.

Segundo Frigotto (2017 p. 09), o Projeto Escola sem partido é um discurso que vem sendo compartilhado desde 2004, quando este movimento foi criado e se apresentam como chave de leitura para entender o fenômeno educacional assim como a ameaça apresentada por este discurso e os Projetos de Lei que incorporam suas ideias que são contraditórias à constitucionalidade e a Legislação Educacional.

A forma simplista de divulgação do pensamento do Projeto Escola Sem partido, atravessa institucionalidades, sendo maior propagadora deste pensamento nas escolas e espaços de elaboração de legislações os representantes da Bancada Evangélica, que através dos membros ou fiéis destas igrejas ou grupos buscam interferir nas escolas públicas sobre os conteúdos e a forma que ele será trabalhado, também atacam a pesquisa e desmerecem a formação profissional para atuar no magistério. Para Penna (2017):

O Escola Sem Partido utiliza-se de uma “linguagem próxima do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas”, e expande-se por meio de memes, “imagens acompanhadas de breves dizeres”, por quatro elementos principais: primeiro: uma concepção de escolarização; segundo: uma desqualificação do professor; terceiro: estratégias discursivas fascistas; e, por último: a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos. (PENNA, 2017 p. 36)

No campo Educacional mesmo sendo declarado inconstitucional projetos similares ao Escola Sem Partido, tem ressurgido em diversas Câmaras Municipais através de vereadores que representam estas igrejas neopentecostais e isso tem um impacto na implantação e implementação de Políticas Públicas pois estes projetos visam proibir discussões de gênero, negando o direito das mulheres, da população LGBTQIA+, enfraquecendo o combate à violência aos grupos minoritários (mulheres, negros, indígenas, população LGBTQIA+) fortalecendo discursos conservadores no campo político-eleitoral, com manifestações públicas dos grupos evangélicos neopentecostais para candidatos que levam as pautas do conservadorismo religioso e da liberalidade econômica.

Absolutamente sim, tem interferido e muito. Nós observamos isso a partir do advento das Conferências Nacionais na pré-elaboração do Plano Nacional de Educação, quando nós nas Conferências Regionais, na Conferência estadual tivemos um grande debate com este segmento da sociedade que a gente até então não percebia o ativismo deles dentro da escola, mas quando foi discutido o texto base das nossas Conferências Nacionais entre 2008 e 2010 nós começamos a observar ativamente estes grupos religiosos dentro da educação, principalmente da educação pública. (Entrevista realizada com: Jaime Teixeira – 62 anos Presidente da FETEMS - novembro de 2022)

Na percepção deste diretor entrevistado desde a Conferência Nacional de Educação CONAE/2008 que esta interferência nas políticas educacionais tem acontecido abertamente, dentro dos debates sobre o Sistema Educacional Articulado de Educação, as CONAEs em suas instâncias regionais, intermunicipais e estaduais antes da etapa nacional promoveram espaços de para a construção de diretrizes para a Política Nacional de Educação e seus marcos regulatórios com a perspectiva da inclusão igualdade e diversidade.

Nestes espaços de debates as discussões tinham um Documento Referência com orientações das discussões por eixos, estruturando-se assim em seis eixos temáticos: I-O papel do estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: organização e regulação da Educação Nacional, II-Qualidade da Educação Gestão Democrática e Avaliação, III-Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar, IV-Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação, V- Financiamento da Educação e Controle Social, VI-Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, neste sexto eixo os foram acalorados pois alguns grupos já se manifestaram contrários a ter em um documento de política pública nacional práticas visando corrigir as desigualdades e injustiças históricas a determinados grupos sociais como mulheres, homossexuais, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Ainda para o diretor entrevistado nestes debates a principal pauta levantada por estes grupos representantes das igrejas Evangélicas Neopentecostais era a questão moral onde a divergência com o Movimento Sindical era a defesa da laicidade e o respeito a diversidade.

[...] a gente observou desde aquele debate, eles fizeram uma defesa dura, uma defesa forte que eles não compactuaram com o movimento sindical na visão do estado laico (...) nós discutíamos os novos desafios colocados na educação, como por exemplo uma educação libertadora, ela forçosamente tem que discutir gênero, tem que discutir a diversidade, tem que discutir também a composição racial do nosso país. (Entrevista realizada com: Jaime Teixeira – 62 anos Presidente da FETEMS- novembro de 2022)

Estas interferências aconteceram de maneira mais incisiva e organizada nas Conferências seguintes, que ocorreram nos anos 2010, 2014, 2016 nas etapas intermunicipais, regionais e na etapa estadual, alguns grupos se organizaram de maneira sistêmica, com representantes em vários municípios do estado e também com presença em bancadas, como nas câmaras de vereadores, estes grupos buscavam apoio político partidário para reforçarem a interferência deles nos debates.

[...] influenciar nas Políticas Educacionais, assim do ponto da Secretaria de Educação eu acho que já tem um pouco de influência e nós temos percebido isso nos debates, estava até pensando quando começou a aparecer para mim este tema?... Na CONAE 2010, 2014? Na CONAE 2014 começou a aparecer este debate no nosso meio, e falo isso por vivência, tivemos que fazer uma votação para usar a designação feminina “professoras” pois

eles diziam que falando professores estava se referindo a todo mundo e também já apareceu um grupo de evangélicos fazendo o debate da questão, não tinham o nome correto ainda, mas começaram a falar desta ideologia de gênero, que eles não queriam que a gente tratasse disso, nós ganhamos deles todos os debates para manter identidade de gênero, teve uma pessoa muito influente nesse aspecto que foi o Harfouche e ele foi a liderança dessas pessoas evangélicas, daí a gente achou que era só aqui, aí na sequência vieram os projetos de lei das câmaras de vereadores e assembleia legislativa que era para tirar do texto, do plano onde tinha sido aprovado (Entrevista realizada com: Sueli Veiga Melo – 57 anos – Secretária de Políticas Educacionais da FETEMS - novembro de 2022)

É importante destacarmos que a atuação destas lideranças religiosas adentrando o campo educacional, como exemplo citado pela Diretora da FETEMS transcrito acima do Promotor de Justiça Sérgio Harfouche que também é Pastor da Igreja Sara Nossa Terra, ganhou notoriedade por pautar os Direitos da Criança e do Adolescente, mas com punição aos adolescentes/jovens que cometessem indisciplina no ambiente escolar.

No mês de junho do ano de 2015 o Deputado Estadual Lídio Lopes/PEN apresentou na Assembleia Legislativa/MS um Projeto de Lei conhecido como Lei Harfouche, após mobilizações realizadas pelos movimentos sociais, dentre estes a FETEMS que mobilizou profissionais de educação e alunos de todo estado para protestar na Assembleia Legislativa.

Como resposta às manifestações na Assembleia Legislativa, foi organizado um grupo de trabalho composto pela Comissão de Educação da Legislatura representado pelo Deputado Estadual Pedro Kemp/PT e Paulo Siufi/PMDB e representantes de várias entidades como Secretaria Estadual de Educação/ SED, Conselho de Psicologia, Poder Judiciário e representantes do movimento social sindical: representantes do sindicato dos Professores de Campo Grande/ACP e membros da Direção Estadual da FETEMS. Após várias reuniões do grupo de trabalho e propostas de emendas substitutivas o Projeto foi aprovado após dois anos com nome de “Paz nas Escolas” através do Projeto de Lei 5.156 em janeiro do ano de 2018.

No ano de 2014 o vereador da cidade de Campo Grande Alceu Bueno/PSL apresentou na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei Escola Sem Partido, no ano de 2015 este Projeto é arquivado, pois o mesmo vereador renuncia ao mandato para se defender de um escândalo de exploração sexual envolvendo adolescentes. No ano de 2016

o Projeto volta à tona, neste ano por autoria do vereador Paulo Siufi, como estava na Presidência do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação/SIMTED de Porto Murtinho e por diversas vezes atendendo ao chamado da Federação dos Trabalhadores em Educação/FETEMS participei de mobilizações contrárias a este projeto dentro da Câmara Municipal de Campo Grande, mesmo com muitas mobilizações não só dos trabalhadores em educação mas de diversos grupos organizados, o Projeto de Lei 8,242/2016 é aprovado no dia 31 de março em regime de urgência, com apenas dois votos contrários sendo da Vereadora Luiza Ribeiro e do vereador Eduardo Romero.

O Projeto seguiu para sanção do Prefeito Alcides Bernal e as mobilizações se intensificaram com trabalhadores em educação, estudantes e movimentos sociais, intitulamos este projeto de “Lei da Mordaza” com uma campanha inclusive em redes sociais com a hastag #EnsinarEUmAtoPolítico, o então Prefeito Alcides Bernal tensionado por estas mobilizações vetou totalmente o Projeto, publicando no dia 27 de abril do ano 2016 a mensagem de veto no Diário Oficial do Município (Diogrande).

Figura 1: Manifestação na Câmara Municipal de Campo Grande/MS contra o Projeto Escola Sem Partido



Fonte: Arquivo FETEMS (2016)



Figura 2: Manifestação na Câmara Municipal de Campo Grande/MS contra o Projeto Escola Sem Partido



Fonte: Arquivo FETEMS (2016)

Mesmo isso afetando diretamente o trabalho dos professores e na maioria das vezes nossas mobilizações tendo sucesso, uma parcela dos profissionais da educação tem deixado de participar das mobilizações por orientação de grupos ou de igrejas neopentecostais.

[...] quando a gente vai fazer uma mobilização contra algum projeto contrário a nossas pautas, e a gente precisa ir para as ruas e mobilizar estes grupos participam menos, pois na maioria das vezes estas igrejas são contrárias a estes debates e enfrentamentos, e porque muitas vezes também tem um político deles lá na câmara, lá na assembleia que tem ligação com estas igrejas” (Entrevista realizada com: Paulo César Lima 62 anos- Diretor de Patrimônio da FETEMS - setembro de 2022).

No ano de 2016 é chamada a realização da Conferência Nacional de Educação com o tema “Consolidação do Sistema Nacional de Educação- SNE e o Plano Nacional de Educação- PNE monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica” esta conferência é posterior a Lei 13.005/2014 o Plano Nacional de Educação, na realização das etapas desta Conferência Nacional de Educação eu ainda Presidente de um Sindicato Municipal de Trabalhadores em Educação/ SIMTED na cidade de Porto Murinho-MS, na etapa municipal a atividade aconteceu na Câmara de vereadores com chamamento para toda comunidade participar, estive inclusive na rádio comunitária para explicar a importância da participação no estudo e debate sobre esta política educacional, divergimos de

pastores que sugeriam a volta do ensino religioso, contrários inclusive ao tema da Conferência na garantia de uma educação laica.

Neste período o Presidente do Conselho de Pastores do município chegou a visitar a sede do sindicato para pautar este tema, como sou Cristã Católica e sempre fui bastante atuante em minha comunidade e nas pastorais, ouvi inclusive que deveria repensar as defesas que estava fazendo, pois para ele em todos os lugares deveria ser tratado de religião.

Após os debates da CONAE/2016 os pastores começaram a interferir com mais veemência nos temas tratados nas escolas, algumas vezes membros destas igrejas que atuavam nas escolas enquanto professores/as não queriam trabalhar com os alunos os materiais da FETEMS que distribuíamos nas escolas, como o periódico “Aula da Cidadania” que traz temas como diversidade de gênero, combate à violência contra mulheres, educação antirracista e direitos dos povos originários. Alguns alunos mesmo participando das atividades em sala, não queriam levar o material para casa, por conta de os pais serem destes grupos religiosos e não concordar com estes temas tratados na escola.

No mês de julho de 2017, mês que me mudei para Campo Grande/MS assumindo a Secretaria Geral da FETEMS, acompanhei mais de perto as reclamações, queixas a respeito da interferência destas igrejas ou grupos nas atividades nos municípios, este tema foi pauta frequente, nas nossas reuniões da Direção estadual, nos Conselhos de Presidentes e nas Assembleias Gerais onde cada município traz delegados (representantes de profissionais das escolas que são filiados) para pautar e deliberar sobre os encaminhamentos adotados no coletivo para atividades e pautas da federação.

No dia 19 de outubro do ano de 2017 participamos de uma Audiência Pública na Câmara de Campo Grande- MS chamada pela então Deputada Estadual Mara Caseiro/PSDB que trouxe para fazer defesa o próprio autor do Projeto Escola Sem Partido Miguel Nagib, quando a Deputada começou a falar o Presidente da FETEMS Professor Jaime Teixeira e o Ex-Presidente da ACP Professor Lucílio Nobre se retiraram da mesa de autoridades e vieram para o auditório junto aos demais profissionais que estavam com faixas, cartazes e uma faixa de tecido na boca sinalizando a mordação, não deixamos o Miguel Nagib falar, pois ele pretendia dar uma aula de como os Professores/as deveriam agir e se portar na sala de aula.

A audiência nem iniciou e foi finalizada pelos nossos gritos, mesmo havendo um grupo menor, mas favorável ao Projeto Escola Sem Partido que trazia também cartazes e faixas, demos por vitoriosa nossa mobilização pois neste dia enterramos o Projeto Escola Sem Partido a nível estadual na audiência que a Deputada Mara Caseiro/ PSDB realizou na Câmara Municipal, mas era uma atividade da Assembleia Legislativa. Isso fez com que vereadores/as nas Câmaras Municipais que pretendiam pautar o mesmo projeto e tinham o apoio da Deputada Mara caseiro recuassem, pois viram que teriam enfrentamento da FETEMS junto aos sindicatos municipais.

Figura 3: Manifestação de Professores na Audiência Pública chamada pela Deputada Estadual Mara Caseiro realizada na Câmara Municipal de Campo Grande- MS



Fonte: Arquivo FETEMS (2017)

Figure 4: Manifestação de Professores na Audiência Pública chamada pela Deputada Estadual Mara Caseiro realizada na Câmara Municipal de Campo Grande- MS



Fonte: Arquivo FETEMS (2017)

No ano de 2016 após o golpe na então Presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff e ascensão do vice à Presidência da República Michel Temer, que põe em curso ataques sistemáticos aos direitos sociais no país, com desmanche nas políticas públicas como a PEC/95, pec do teto dos gastos ou “pec da morte” assim chamada pelos movimentos sociais, pois limita investimentos em políticas sociais fragilizando assim toda rede de proteção social.

Nesta linha de desmonte e privatizações e mesmo com muitas manifestações contrárias por parte de estudantes e movimentos organizados também é aprovada a Lei 13.415/2017, Lei da Reforma do Ensino Médio, retirando disciplinas como Filosofia, Sociologia e Literatura e trazendo o ensino técnico e a privatização para dentro das escolas de nível médio.

A Reforma do Ensino Médio coloca em prática a formação precária jovens em nível médio técnico para se tornarem mão de obra barata, com a retirada das Disciplinas da área de humanas dificulta o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo e também não recebem na escola pública os conhecimentos necessários para ingressar no Ensino Superior. Para o setor conservador dentre eles a bancada evangélica esta deve ser a função da escola pública atender a necessidade do mercado. Para Frigotto “as teses da ESP se disseminam no processo de um renovado culto ao mercado e correlato ataque à esfera pública e aos trabalhadores do setor público, em especial os da saúde e da educação.” (FRIGOTTO, 2017, p. 19).

Neste período também intensificaram as pressões e ameaças à organização sindical e movimentos sociais por parte das igrejas e grupos organizados com esta vertente conservadora, que se manifestavam contrários a vários debates promovidos e também incomodados com nossa presença nas escolas e nos demais espaços de debates, acirra então por parte destes grupos manifestações contrárias as nossas pautas reivindicatórias e também ingerências nos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais dentro das escolas. Conforme Frigotto:

Insuportável também se tornou para as classes dominantes a ampla liberdade de organização de movimentos sociais e culturais que lutam por seus direitos negados sem o estigma da criminalização; que as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e do lucro, querem que aprendam, mas também as eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país. (FRIGOTTO, 2017, p. 24)

O Vice- Presidente Temer que assume após o golpe na Presidenta eleita Dilma Rousseff, com o objetivo de definir unilateralmente o conteúdo do documento base da Conferência Nacional de Educação/CONAE 2018, assume a CONAE através de decreto, esvaziando a função do Fórum Nacional de Educação/ FNE que é um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro tendo em sua composição representantes de estudantes, pais, profissionais da educação, gestores públicos e sociedade civil organizada, o então Presidente Michel Temer também alterou de forma unilateral a composição do Fórum Nacional de Educação, neste processo por conta das medidas unilaterais e arbitrárias adotadas pelo governo mais de 30 (trinta) entidades nacionais se organizaram e formaram o Fórum Nacional Popular de Educação/ FNPE que organizaram as Conferência Nacional Popular de Educação/ CONAPE afirmando o papel das conferências na democracia participativa para implementação de políticas públicas como o Plano Nacional de Educação.

Nos anos de 2018 e 2020 foram realizadas as Conferências Nacionais Populares de Educação que representaram uma importante resistência contra a implantação de pautas embasadas na livre iniciativa individual/ meritocracia e competitividade nas políticas educacionais. As CONAPes promoveram importantes espaços de debate reafirmando a concepção de educação democrática: pública, universal, laica, gratuita, de qualidade social, inclusiva, plural que contribua para superação de toda forma de discriminação.

Em meio as nossas mobilizações de resistência ao desmonte educacional promovido pelo governo Temer, no ano de 2018, a Frente Parlamentar Evangélica/FPE lança um documento intitulado “O Manifesto à Nação” através do Presidente da FPE Hidekazu Takayama Deputado Federal pelo Partido Social Cristão/ PSC do estado do Paraná e também pastor da Igreja Assembleia de Deus, no mês de outubro do ano de 2018 em véspera das eleições Presidenciais esta documento é entregue ao então candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Social Liberal/PSL com manifesto de apoio a sua candidatura por ser o nome mais adequado para lutar pelas pautas defendidas pelos integrantes da FPE.

O “manifesto à nação”, um documento estruturado em quatro eixos sendo eles: I- Modernização do Estado, II- Segurança Jurídica, III- Segurança Fiscal e o IV- Revolução na Educação; fazendo entrega ao então candidato a Presidente Jair Bolsonaro onde a

figura do mesmo era o exponencial do conservadorismo nos valores e ultra-liberalidade na economia como previsto na descrição dos eixos do documento, o texto considera a educação apenas como um instrumento para atender ao mercado, anulando a perspectiva de formação com qualidade social, conforme o documento toda a formação será para criação de uma sociedade capaz de atender ao mercado de trabalho. No item 4.1 do documento traz o título: Mérito a Base de um Sistema Educacional de Sucesso, conforme o excerto transcrito abaixo:

valorizar e incentivar o mérito em todo o sistema educacional nacional como condição do sucesso individual e, por extensão, no sucesso do Brasil. A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos. (Manifesto à Nação, 2018, p. 53. Documento da Frente Parlamentar Evangélica/FPE no Congresso Nacional, 2018).

O teor deste documento desconsidera toda nossa diversidade geográfica, política, desigualdade econômica, social e principalmente traz o intuito de aniquilar toda diferença, cultural, étnica e de crença existente em nosso país, buscando exercer controle social e político absoluto através da educação. O documento Manifesto à Nação (2018) traz para o debate das Políticas Educacionais pautas exclusivas para atender a bancada evangélica focando unicamente suas crenças e valores.

Durante a campanha eleitoral para governo de 2018 este documento circulou entre lideranças e membros de várias igrejas, principalmente às que nos dispusemos a estudar nesta dissertação; Igrejas Evangélicas Neopentecostais, reforçando as práticas de intolerância praticadas por membros destas mesmas igrejas ou grupos, interferindo também nas práticas escolares, projetos educacionais e implementação de políticas educacionais já existentes, conforme a fala do entrevistado abaixo:

[...] em relação a questão do campo educacional nós temos visto uma tendência a interferência desse pessoal e essa interferência tem verificado em relação ao combate às formas que a educação é tratada no Brasil, porque a educação ela deve ser uma educação laica, uma educação ampla de uma formação geral do cidadão, e essa formação geral ela não é só uma formação acadêmica do aluno, uma formação de conhecimento ou transferência de conhecimentos e de conteúdo, mas de levar o indivíduo a pensar e para pensar deve-se ter o debate nos vários campos, seja no campo econômico, no campo político, no campo religioso, o

indivíduo tem que sair dali com uma formação ampla. (Entrevista realizada com: Ademar Rosa Plácido – 67 – Secretaria de Política Municipais da FETEMS - outubro de 2022)

Esta interferência chegou de tal forma no ambiente escolar, que em algumas instituições de educação pública básica, festas e comemorações folclóricas foram proibidas, por pressão de representantes deste segmento, algumas atividades tiveram seus nomes e significados alterados conforme descreve a entrevistada:

Aqui pra nós Aninha, eu vou falar pra você desde quando eu entrei na educação eu vou falar pra você desde 1983, já me percebi várias vezes fazendo coisas que eu nunca acreditei (...) aí vem agora esta mudança de nomes das festas comemoradas nas escolas, não pode ter carnaval, brincar, festa junina, não pode falar do folclore das nossas lendas, eu tô assim abestada com tantas coisas que vem acontecendo nas escolas e é camuflada” (Entrevista realizada com: Olinda Conceição da Silva – 57 anos – Diretora dos Aposentados da FETEMS - agosto de 2022)

Estas interferências tem apresentado um profundo retrocesso político e cultural, retomam os processos de homogeneização cultural trazidos pela colonização, neste processo a escola retoma o papel de “difundir e consolidar uma cultura comum de base ocidental e eurocêntrica, silenciando e/ou invisibilizando vozes, saberes, cores crenças e sensibilidades” (CANDAUI, 2011, p. 242). Partimos da premissa que a educação escolar deve acolher e valorizar todas diferenças culturais existentes promovendo ainda o diálogo entre os saberes neste ambiente.

Entre os adeptos/ seguidores destas igrejas também repercutem este discurso homogeneizador na escola, fazendo defesa que a escola só deve ensinar conteúdo, não discutir pautas políticas, estes profissionais também são adeptos a todos os movimentos que propõe retirar da escola o pensamento crítico como: Escola Sem Partido/ ESP, Escolas Cívico Militar e currículos esvaziados deixando apenas formações técnicas.

Estes profissionais se recusam a discutir o desmonte das políticas educacionais em curso, culpabilizando sempre governos anteriores, por terem “quebrado o país”, afirmações estas com discurso intolerante e fundamentalista, ignorando inclusive a luta histórica de Movimentos Sociais, no caso do Movimento Social Sindical para conquista e garantia de muitos direitos:

Já é uma disputa organizada e isso me preocupa porque é um grupo extremamente fundamentalista organizado nesta questão

dos espaços de poder e fazem isso em várias questões, nos dão prejuízos na base com a contraposição do nosso debate em defesa da valorização da educação pública como um todo, eu considero que a religião é um dos alicerces mais importantes da organização da sociedade, a religiosidade para mim é importante, mas a educação ela é laica como prevê a constituição e a educação ela trata da formação acadêmica, social, cultural né, cidadã da pessoa. Então hoje na base nós começamos a sentir uma repressão muito grande por parte de alguns setores ligados principalmente ao neopentecostal. (Entrevistado: Gilvano Kunzler Brozoni – 46 anos – Diretor de Políticas Sociais da FETEMS - setembro de 2022).

Como já relatado na introdução, no ano de 2018 no mês de fevereiro, tomei posse em uma escola de educação básica da Rede Municipal de Campo Grande, atuando em uma turma de alfabetização com um contato frequente com familiares de alunos/as onde houveram questionamentos sobre temas trabalhados como: inclusão, respeito a diversidade racial/ étnica e também combate à discriminação e homofobia.

Nos anos de 2018 e 2019 a Direção Escolar da Escola Municipal que atuei me orientava a tomar cuidado com os temas trabalhados em sala de aula, pois os pais, famílias participantes de algumas igrejas se incomodavam e não queriam que os filhos, alunos da instituição participassem destes debates.

A direção da escola chegou a me questionar sobre o material sindical que seria entregue aos demais professores e funcionários, nestes materiais trazíamos informações sobre os prejuízos da Reforma da Previdência que atingiria todos os trabalhadores, sobre o desmonte da educação pública com a retirada de verbas e outras campanhas e mobilizações que fizemos.

Nesta Escola Municipal alguns profissionais adeptos a essa linha de pensamento religioso neopentecostal contrapunham as pautas sindicais que levávamos para debate entre os trabalhadores em educação, foi no ambiente da escola no ano de 2019 que tive o primeiro contato com este documento intitulado “Manifesto à Nação” (documento elaborado pela FPE), apresentado por uma colega professora que fez defesa incisiva das pautas constantes no documento.

Nesta mesma escola municipal observei a dificuldade de tratar temas ou acolher a diversidade no ambiente institucional, alunos (as) indígenas, negros têm sua cultura celebrada apenas em datas comemorativas. Também contatei a falta de acolhimento às



diferentes formas de organização familiar, sendo as família culpabilizada pelas dificuldades de aprendizagem ou insucesso na vida escolar dos/as filhos/as.

Ainda sobre os temas que tentamos tratar enquanto membro de entidade sindical, eu e os representantes sindicais (profissionais eleitos nas instituições para representar junto a Direção dos SIMTEDs) sofremos muito com a criminalização do movimento sindical. Pois desde que o governo Temer assumiu a Presidência em 2016 tentou desmontar as entidades representativas de classes.

O Neoliberalismo que ganhou reforço no Governo Temer, reforça o antissindicalismo, com a Reforma Trabalhista Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, buscou romper com a presença sindical e a capacidade de negociação coletiva, suprimir a interlocução social, ampliou assim a precarização do trabalho, os acordos passaram a ser feitos entre trabalhadores e patrões diminuindo assim a presença sindical nos espaços de trabalho e também nas negociações.

Mas nem só de problemas vive o nosso mundo, e a esperança democrática e solidária em um mundo mais justo insiste em se fazer presente! Movimentos sociais rebeldes e engajados crescem e se espalham, apesar do cenário desolador. Processos de resistência e de construção de alternativas sociais, econômicas e políticas seguem trajetórias múltiplas, plurais e próprias nos quatro cantos do planeta (OLIVEIRA, 2018, p. 245).

A educação pública atende os filhos da classe trabalhadora, dessa maneira, não é interessante para a classe dominante a existência de políticas de investimento na educação para que melhore sua qualidade, limitando o acesso ao conhecimento elaborado. Para Rageteles e Galvão (2020, p. 13), é preciso mudar as:

[...] narrativas que afirmam que a educação pública é um fracasso ou, que o importante para os mais pobres é conquistar um diploma com a promessa de ingressar no mercado de trabalho. Precisamos criar possibilidades assertivas, de resistência, que produzam novas leituras e releituras para o enfrentamento à narrativa dominante.

Em defesa da educação pública gratuita e de qualidade faz-se necessária a organização de formas de resistência ativa, mobilizando e propondo um contra-ataque às práticas hegemônicas assim como é preciso formar cidadãos que aspirem a superação da sociedade de classes e que lutem contra a desigualdade como é o caso da meritocracia defendida por profissionais membros das igrejas neopentecostais que estão nas escolas reforçando a individualidade, a disputa e diferença.

Nos debates sobre garantias de direitos e luta para assegurar os que estava sendo retirado o movimento sindical teve muito prejuízo, visto que os profissionais descredibilizavam o movimento sindical educacional; sobre esta interferência a diretora entrevistada relata:

Sim, e eu acredito que isso aconteça porque nós não temos um corpo de trabalhadores homogêneos, e por ser heterogêneos tem muitas pessoas né, muitos trabalhadores, muitas pessoas que estão ocupando cargos nas Secretarias de Educação que defendem essa identidade “neopentecostais” e a crença dessas pessoas interfere na nossa organização sindical e na formulação de Políticas Educacionais, seja na esfera municipal, estadual ou federal. (Entrevista realizada com: Maria Aparecida Diogo – 56 anos – Secretária de Assuntos Jurídicos da FETEMS - setembro de 2022).

No governo Bolsonaro como Presidente da República (2019-2022) foi colocado em curso a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com claro objetivo de atendimento ao setor empresarial formando mão de obra para trabalho precário, e principalmente contribuindo para aprofundar as desigualdades sociais e econômicas com esvaziamento do currículo necessário para ingresso na Educação Superior, propondo a meritocracia como meio e fim do sucesso na vida escolar “ é necessário termos um sistema de ensino fundado na meritocracia, em permanente ascensão de conhecimento, visando a mais alta qualidade em todas as etapas da Educação Básica ao Doutorado.” (Manifesto à Nação 2018, p. 54, documento da FPE).

O documento Base Nacional Comum Curricular/ BNCC implantada no ano de 2018, traz a interferência do mercado no currículo do ensino médio, com o objetivo central de formar jovens para o mercado de trabalho;

[...] trata-se do desenvolvimento da cultura empresarial dentro das escolas públicas do ensino médio, ensinando os jovens a tornarem-se flexíveis e adaptáveis a novas exigências, num mundo já dado, onde não há espaço para reflexão crítica nem para a transformação social. (BACKES, 2018, p. 3)

Nesta percepção de educação, a juventude deverá receber formação para atender aos interesses do mercado/capital, visto que a hegemonia na sociedade civil e política vem de maior parte da classe empresarial, por isso a marca muito forte no currículo nacional para o ensino médio ser deste setor. Com a lógica neoliberal na educação, de

formação para o empreendedorismo ou para o mercado de trabalho, significa na verdade adestramento para se tornarem bons trabalhadores para atuar nesta lógica de sociedade.

Com esta visão meritocrática, reforçam no campo educacional que o sucesso irá depender de cada um, os que não conseguirem se adaptar, ainda serão responsabilizados pelo insucesso, jovens de camadas menos favorecidas são vistos como tendo “defasagem cultural (...) e com deficiência sociocultural” (BACKES, 2018). As justificativas ficam a encargo das origens, são estigmatizados pontuando suas origens como causa do fracasso escolar.

#### **4.1. Como as ações dos grupos neopentecostais tem influenciado na qualidade de vida dos profissionais da educação da rede pública de Mato Grosso do Sul.**

Buscaremos trazer para discussão a interferência ou influência dos grupos ou igrejas neopentecostais na Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação da rede pública de Mato Grosso do Sul dialogando com relatos transcritos das entrevistas com diretores da FETEMS a respeito deste tema.

A escola pública tem sofrido com as constantes interferências dos grupos neopentecostais não reconhecendo toda nossa diversidade e pluralidade no processo de construção do conhecimento, não permite diálogo entre toda essa diversidade presente no campo educacional, traz muitos preconceitos para o processo que acontece dentro e fora das instituições, esta interferência tem se manifestado como um cerceamento da manifestação do pensamento plural presente dentro das escolas, isso tem causado prejuízos às Políticas Educacionais que o movimento sindical luta para implantar e também no que diz respeito à qualidade de vida dos trabalhadores em educação.

Faremos aqui uma breve definição de Qualidade de Vida no Trabalho/ QVT e o Bem-Estar Subjetivo/ BES sendo que estes fatores possuem grande influência no desempenho das atividades realizadas pelos professores. O trabalho é fonte de realização e satisfação, mas também pode gerar dor e sofrimento, na atualidade isto tem sido muito frequente entre professores da rede pública de MS.

A educação pública tem sofrido com as várias mudanças pelas quais tem passado nossa sociedade, neste contexto os professores enfrentam inúmeras dificuldades em adequar seu trabalho as novas exigências sociais. Existe uma “desigualdade estrutural, dentro de um sistema desregulamentado de livre mercado e de livre fluxo de capital, dominado pelo Primeiro Mundo; e os programas de reajuste estrutural, nos quais prevalecem os interesses e modelos ocidentais de controle” (HALL, 2003, p. 57). Essa desigualdade estrutural tem sido implantada nas sociedades, interferindo também na educação pública e são utilizados como formas controle e de poder.

As relações modernas de poder são ideológicas, com intuito de disciplinar que “caracteriza as sociedades e as instituições modernas” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 83). O autor ainda explica que há uma governamentalidade sem governo para ser imperceptível e por isso eficaz na tomada de poder. Esse poder da pós-modernidade é libidinoso e “pretende modelar a totalidade da psicologia dos indivíduos, de tal maneira que cada qual possa construir reflexivamente sua própria subjetividade sem necessidade de opor-se ao sistema” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 84). E assim esse poder da pós-modernidade além de estimular também reproduz as diferenças (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Nesse sentido, a escola passa a ser um espaço de internamento para formar o tipo de sujeito que os “ideais reguladores” da constituição reclamava. O objetivo é aplicar uma disciplina na mente e no corpo construindo uma pessoa “útil à pátria” (CASTRO-GÓMEZ, 2005). A escola tem a função de disciplinar por meio de estratégias pedagógicas o comportamento das crianças deve ser controlado, vigiado, regulamentado mergulhando-a em conhecimentos, hábitos, valores, capacidades, estilos de vida e modelos culturais que as capacite a assumir um papel produtivo na sociedade (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Dito isso, entendemos que o governo através da governamentalidade invisível exerce poder sobre as instituições para formar pessoas que não questionem. Há uma pressão sobre todos, principalmente sobre os professores que estão na linha de frente da formação de sujeitos.

Além dessa pressão invisível, o professor ainda tem que lidar com a complexidade da cadeia hierárquica e as práticas do trabalho docente que acabam por controlá-los. Há

um poder aparentemente impessoal e característico da burocracia que se apoia em normas regimentais e ordens de órgãos administrativos fundamentados em leis, decretos e resoluções (GUIRAUD, 2008).

Segundo Guiraud (2008), no interior das escolas há regras e acordos para desenvolver um processo educativo mediante uma prática de poder simbólico, necessário e inevitável com a cumplicidade de todos até o momento em que surgem as divergências e o poder é manifesta de forma explícita em:

[...] greves, eleições para diretores, as reuniões ideológicas sobre metodologias e concepções pedagógicas, a relação conflituosa entre professor e aluno marcada pela indisciplina, são exemplos do poder simbólico desvelado, que cede lugar ao embate sendo transformado em relações de poder antagônicas e tumultuadas (GUIRAUD, 2008, p. 8).

Dessa maneira, a escola é marcada por desafios e dificuldades nas relações cotidianas marcadas por instruções, regras e orientações na produção do saber, o que acaba por oprimir os professores sem que os mesmos se deem conta de que já vivenciam um mal-estar no ambiente escolar diminuindo a sua qualidade de vida.

O conceito de Qualidade de Vida é abrangente, envolvendo várias dimensões da vida humana e uma variedade de condições que afetam a percepção do indivíduo “seus sentimentos e comportamento, incluindo, mas não se limitando à sua condição de saúde física e mental” (REBOLO, 2010, p. 3). Neste sentido traremos aqui a Qualidade de Vida no Trabalho um conjunto de elementos e ações que propiciem um ambiente satisfatório para o desenvolvimento do trabalho e a satisfação dos trabalhadores com as condições existentes na organização.

Para Rebolo 2012,

O bem-estar é uma possibilidade existente na relação do professor com o seu trabalho que pode ou não se concretizar, dependendo: 1- das características do trabalho (a atividade laboral, as condições físicas, socioeconômicas e relacionais oferecidas para sua realização); 2- do modo como estas características são interpretadas e avaliadas pelo professor (positiva ou negativamente); 3- dos modos como o professor enfrenta e resolve conflitos gerados pelas discrepâncias entre o que espera e o que tem, entre sua organização interna e a sua organização do trabalho (REBOLO, 2012, p. 24).

Neste sentido, quando o/a professor (a) fizer uma avaliação positiva de si enquanto trabalhador, das condições de trabalho que lhes são oferecidas e do resultado do seu trabalho for positiva, ocorrerá o bem-estar docente e quando esta avaliação for negativa ocorrerá o mal-estar.

Os professores geralmente buscam diferentes modos de enfrentar as dificuldades encontradas, visando minimizar o mal-estar e melhorar sua qualidade de vida no trabalho e seu bem-estar reagindo de diferentes formas, utilizando-se de diferentes estratégias de enfrentamento. O enfrentamento desta situação ocorre de maneira ativa ou passivamente.

No enfrentamento ativo o indivíduo percebe as situações e condições insatisfatórias e expressa seu desejo de mudança na estrutura a que está submetido, participa de movimentos que visam conseguir mudanças desejadas como greves, representações sindicais, comissões e grupos de estudos, dentre outros.

Já no enfrentamento passivo conduz a alienação, aceitação da condição de trabalho, o objetivo central torna-se apenas a remuneração, conforme Rebolo 2012:

[...] o indivíduo passa a depreciar seu trabalho e senti-lo como um peso e não como fonte de satisfação. O objetivo torna-se apenas a remuneração e a manutenção de suas condições físicas e de higiene. O trabalho é sentido como desinteressante e não envolvente, de forma que as satisfações só são encontradas fora do local de trabalho. (REBOLO, 2012, p. 124)

O enfrentamento passivo pode ser físico ou psicológico. O afastamento físico (faltas, licenças curtas, licenças sem vencimento e remoções) permite ao professor reequilibrar-se através do distanciamento das dificuldades geradora dos conflitos que vivencia no ambiente de trabalho.

Outro tipo de enfrentamento passivo é o afastamento psicológico do trabalho, não há distanciamento físico, ou seja, os profissionais comparecem a escola, realizam suas atividades, ministram suas aulas, cumprem as obrigações burocráticas, executando suas atividades dentro de um limite que representa o mínimo para se manter no emprego.

As transformações ocorridas no currículo escolar (nova Base Nacional Comum Curricular) as investidas de grupos e igrejas neopentecostais nas políticas educacionais (projetos semelhantes ao da Escola Sem Partido e militarização de escolas) e as interferência destes grupos nas atividades desenvolvidas pontualmente nas escolas tem trazido aos trabalhadores em educação grandes desafios, dentre eles relações

interpessoais desarmônicas e conflituosas entre professores e alunos, professores e pais e até entre os profissionais de uma mesma instituição.

Sobre a Qualidade de Vida no Trabalho também é preciso abordar sobre o clima escolar, pois este implica no cenário educativo como um fator que implica positiva ou negativamente sobre o trabalho dos profissionais. Para Rebolo “O bom clima existente em uma escola contribui para as relações positivas entre professores, alunos, direção e demais trabalhadores da escola” (REBOLO, 2017, p. 94).

Neste sentido as relações interpessoais afetam o desempenho do trabalho e a Qualidade de vida no Trabalho dos profissionais que atuam nas instituições, pois será determinante nas atitudes dos indivíduos em relação ao humor, estado de espírito, ânimo, comprometimento e satisfação.

Acontecimentos externos e internos podem influenciar sobre o clima escolar, mas os acontecimentos internos são os com maiores implicações. Neste contexto os trabalhadores em educação têm enfrentado inúmeros desafios e dificuldades e, muitas vezes não conseguem descobrir maneiras apropriadas de adequar seu trabalho às novas imposições sociais, o que tem levado ao adoecimento e mal estar na profissão.

Traremos alguns excertos das entrevistas realizadas com os Diretores da FETEMS no tocante a este tema.

[...] olha Ana hoje somos a principal categoria de afastamentos médicos, por questões psiquiátricas, psicológicas, emocionais (...) o ambiente em que você não tem liberdade de falar, tem que medir suas palavras, um ambiente que foi preparado para discutir a ciência e você é travado por uma coisa que você não estudou é uma opção de certos grupos, um ambiente instalado na força de uma opressão política pedagógica ligada a religião, este ambiente vai te fazer mal. (Entrevista realizada com: Gilvano K. Bronzoni – 46 anos, Diretor de Políticas Sociais da FETEMS - setembro de 2022)

Na percepção deste Diretor um dos motivos do aumento de afastamentos médicos é o cerceamento intelectual que os professores vivem atualmente, onde professores que estudam, se licenciam para desenvolver determinados conteúdos em sala de aula, com a interferência dos grupos ou igrejas neopentecostais isso é impedido ou questionado constantemente, isso causa uma frustração profissional por não desenvolver o conteúdo previsto e não atingindo assim os objetivos previstos no componente curricular.

Este mesmo diretor apresenta a situação de questionamentos por parte de colegas de profissão e pais de alunos, sobre o embasamento da ciência na elaboração de vacina

para combater no caso a pandemia de COVID-19, o mesmo diretor justifica, pois estávamos por conta da pandemia em aulas online (de maneira remota) mas caso estivéssemos nas instituições teríamos vários conflitos, pois entre os profissionais da educação, houve aqueles que refutaram a eficiência da vacina para reduzir os efeitos da doença.

a nossa preocupação é como se defende alguns pontos dentro da educação sem a razão científica, você viu pois acompanhamos isso na questão da vacina, só não estávamos na escola, por conta das aulas online, mas você imagina dentro de uma escola as pessoas defendendo que a vacina é coisa do demônio, que quem tomasse ia ter chip que vacina é coisa do diabo, aí você na escola incentivando a tomar vacina e um colega seu te humilhando, te perseguindo, pois isso é contra as leis de Deus, e aí você vai ter dificuldade de fazer debate sobre várias questões previstas na base curricular e todo conflito quando não tem base na razão vai gerar desconforto e sofrimento levando ao afastamento profissional. (Entrevista realizada com: Gilvano K. Bronzoni – 46 anos, Diretor de Políticas Sociais da FETEMS- setembro de 2022)

Conforme vimos acima no texto a construção de vínculos também é fundamental para a Qualidade de Vida no Trabalho a satisfação ou insatisfação dos profissionais no espaço de trabalho também tem relação com as relações interpessoais estabelecidas dentro e fora do ambiente de trabalho. Não há possibilidade de realização do trabalho docente sem a interação com alunos, neste aspecto a forma de relacionamento com os alunos é fundamental, essencial e uma característica do trabalho docente, e esta relação que acontece na escola sofre influências das mudanças rápidas e profundas que acontecem na sociedade.

Para Rebolo (2010),

Parece existir uma insegurança generalizada dos professores, quanto à competência em ministrar aula. Essa insegurança decorre, entre outros fatores, do medo de não atingir os objetivos com seus alunos, medo de não corresponder às expectativas dos pais e da sociedade em relação ao papel do professor. (REBOLO, 2010, p. 114)

Sobre este aspecto o Diretor entrevistado relata sobre a crescente criminalização do trabalho dos professores, sobre a dificuldade de abordar temas que deveriam fazer com que os alunos refletissem, mas com a constante vigilância que os professores têm sofrido por parte de alunos, pais e também por profissionais da escola, adeptos a religiões neopentecostais que tentam impedir o desenvolvimento de conteúdo ou atividades.



[...] ameaçar professor dizendo que ele está fazendo doutrinação acaba levantando questionamento sobre a aula do professor, questionando a credibilidade daquele profissional que se formou pra isso, isso causa constrangimento e atrapalha o próprio desenvolvimento do exercício da profissão em sala de aula, essa pressão acaba sendo levada para outros espaços da escola coordenação, direção, isso é por força dessa leitura limitada que eles têm da sociedade e da incapacidade de aceitarem os valores democráticos e as diferenças existentes. (Entrevista realizada com: Renato Pires de Paula – 42 anos, Diretor Vice- Regional Campo Grande/ FETEMS - setembro de 2022)

Podemos afirmar que a desarmonia no relacionamento com diretores/as da escola, com os colegas e com os alunos é um fator que desencadeia o mal-estar docente entre os professores e demais trabalhadores em educação. Para isso a própria instituição deverá caminhar para reduzir os conflitos ou buscar formas de mediação, visando amenizar os conflitos pertinentes ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Para se estabelecer um contexto relacional satisfatório, suscetível de reforçar a identidade pessoal e profissional do professor, em que os cuidados com a qualidade das relações interpessoais sejam constantes, e sempre visando melhorá-las, reforçar a identidade pessoal e profissional do professor através de sua aceitação no grupo, da valorização e reconhecimento de seu trabalho, do respeito pelas suas opiniões, crenças e valores. (REBOLO, 2010, p. 118)

A forma como a Direção das escolas atua na orientação das atividades também é determinante para o clima escolar e na promoção da Qualidade de Vida no Trabalho.

Para Rebolo,

A gestão da escola é entendida como uma condição para a promoção de um clima de trabalho capaz de influenciar os indivíduos de maneira positiva (...). Um ambiente democrático, interativo, aberto, vivo, dinâmico e acolhedor necessita de um processo de gestão que reúna todos os envolvidos no processo educativo. (REBOLO, 2017, p. 96)

Nas escolas públicas de Educação Básica do estado de MS, a maioria das Redes Municipais a Direção é feita por indicação pelos/as Prefeitos/as Municipais, os Municípios que já adotaram a eleição de diretores de forma direta, apresentam critérios para os candidatos e os que cumprem os requisitos e colocam o nome para apreciação,

podem receber votos de alunos, pais e demais trabalhadores escolares, participam da escolha através do voto direto.

Na Rede estadual de Mato Grosso do Sul das 340 escolas estaduais, apenas metade ou pouco mais de 150 ainda é realizada eleição direta para escolha dos diretores, as escolas estaduais que foram implantados o Projeto Escola de Autoria (transformadas em escolas de período integral) as direções são indicadas pela Secretaria Estadual de Educação.

Esta situação tem gerado muita contestação por parte do movimento sindical e dos profissionais trabalhadores em educação da rede estadual, as queixas mais frequentes são: a falta de vínculo dos diretores indicados com a comunidade escolar, presença de vigias por parte destes profissionais por serem indicações políticas e também focam prioritariamente na burocratização do trabalho.

Enquanto Movimento Social Sindical a FETEMS tem diversas vezes reivindicado para a Secretaria Estadual de Educação o retorno da eleição direta para todas as escolas da rede estadual de MS, e embasado e fomentado este debate nos demais Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação/ SIMTEDs, embasando esta luta no cumprimento da Meta- 19 do Plano Nacional de Educação que prevê “efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar” (BRASIL, 2014).

A presença de diretores/as que atuam de forma autoritária, mais preocupados com as questões burocráticas e apenas fiscalizadores do trabalho e do domínio de sala, também gera adoecimento e mal-estar entre professores, que desistem de procurar apoio na instituição quando sentem se persuadidos por pais integrantes de igrejas neopentecostais ou grupos que buscam influenciar no seu trabalho.

Olha eu já tive vários relatos de professores e procuraram tanto o sindicato também como na escola quando estive como coordenadora pedagógica, professores que já estavam assim é tendo dificuldade de planejar de adentrar determinadas salas de aula onde já tinham sofrido ameaças de alguns pais e receio de falar sobre muitos assuntos e já não sabiam mais como agir e não sabiam mais o que é certo ou errado dentro da didática que ele tinha absorvido quando fez a faculdade, na graduação, e agora estava assim confuso mediante essas ameaças e até mesmo de algumas equipes diretivas. (Entrevista realizada com: Isabel Borges – Departamento de Educação Infantil da Direção da FETEMS - agosto de 2022).

Quando as direções de escola também se submetem às interferências de grupos ou igrejas neopentecostais que interferem inclusive no desenvolvimento do currículo trabalhado pelos professores com alunos, isso gera um grande desconforto, transtorno e também uma falta de expectativa sobre a profissão, pois como relatado pela entrevistada os profissionais da escola vão ficar sem saber o que e como fazer, pois a didática que fez parte do currículo de formação nas licenciaturas parecem não valer mais.

Conforme já relatei nesta dissertação, a redução de Diretores eleitos com a participação da comunidade reduziu de maneira drástica, e as indicações por parte da Secretaria Estadual de Educação coloca dentro das escolas profissionais sem vínculo com os demais profissionais da escola e também com alunos e pais.

A Secretaria Estadual de Educação também sofre influência e interferência destes grupos neopentecostais ou tem representantes destes mesmos lá dentro da SED, fazendo com que os Diretores que são apenas indicados tragam estas pautas conservadoras, com pouca ou nenhuma abertura para o debate sobre políticas afirmativas dentro das escolas.

Compreendemos o papel da Direção escolar, os profissionais articuladores em promover um espaço de participação e respeito, fortalecendo as relações humanas, acolhendo a vivência com as diferenças culturais, étnicas, raciais, de gênero, promovendo e fortalecendo a escola como um ambiente que deve acolher toda diversidade cultural, social e histórica de nossa sociedade. Por estes motivos a FETEMS tem pautado a luta com reivindicação para que a escolha dos Diretores escolares seja realizada pela comunidade escolar, nas instituições onde os profissionais já tenham construído vivências.

#### **4.2. O Papel da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) na resistência a pressão dos grupos neopentecostais no desenvolvimento de atividades com pautas identitárias.**

A FETEMS tem pautado suas lutas e reivindicações nos preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (CF 1988, Artigo 205) princípios que fundamentam uma educação democrática e liberdade de cátedra, estes princípios também estão estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que prevê que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) II-liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura o pensamento, a arte e o saber; III -pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância.” (BRASIL, 1996, s/p).

As interferências das igrejas evangélicas neopentecostais e grupos nas Políticas Educacionais e no processo escolar nas atividades desenvolvidas nas escolas, onde tentam criminalizar e censurar o trabalho dos professores é uma afronta a estes princípios constitucionais.

A FETEMS tem enfrentado estas interferências promovendo debates, formações e pautando junto aos órgãos como Conselho Estadual de Educação e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais, buscando impedir esta intervenção para que haja manifestação do pensamento livre, necessário no exercício da docência, onde professores e alunos possam ter uma prática dialógica para o debate livre de ideias; sobre política, sobre sociedade, sobre economia, sobre meio ambiente.

A FETEMS tem procurado mostrar para todos os educadores a necessidade de liberdade, liberdade de crença, de fé, de religião, liberdade de fala de expressão, então de todas as formas a FETEMS tem tentado é quebrar este tipo de imposição, já tivemos grandes embates; lei da mordaza, militarização de escolas e tudo isso envolve estas crenças religiosas” (Entrevista realizada com Deumeires de Moraes – 56 anos, Vice-Presidenta da FETEMS - outubro de 2022).

Esta interferência por parte de grupos ou igrejas Evangélicas Neopentecostais nas discussões e debates promovidos pela FETEMS como também de temas tratados em sala de aula tem focado temas específicos como: questões de gênero e sexualidade, etnia, raça, cultura e diversidade, como descreve a diretora entrevistada:

[...] essa pauta religiosa atravança a vida das nossas meninas negativamente nas escolas, quando você quer trabalhar a questão da educação sexual, a educação reprodutiva, o direito do corpo (...) como é que você vai trabalhar o empoderamento das nossas meninas, quando dentro das escolas também tem adeptos dizendo que a mulher tem que ser submissa ao homem porque a bíblia fala isso. Então é um retrocesso educacional no conjunto, esse viés religioso da punição, um deus que castiga por tudo. (Entrevista realizada com: Fatima Silva – Ex- Presidenta da FETEMS, Secretária Geral da CNTE e Vice- Presidenta da Internacional da Educação da América Latina - agosto de 2022)

Para Arroyo “Um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos é instá-los a se reeducar para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação que se reconhecem e se mostram sujeitos em movimento, em ação coletiva” (ARROYO, 2012, p. 26) relacionando o excerto ao tema citado pela Diretora da FETEMS entrevistada transcrito acima, com a interferência dos grupos ou igrejas neopentecostais nas escolas públicas são prejudiciais ao desenvolvimento deste tema: sobre orientação sexual e direitos reprodutivos, como a pauta das igrejas especialmente de orientação as meninas é persistir no caminho de orientação da igreja, casar para ter filhos e cuidar do lar, o homem o provedor e a mulher o pilar que mantém o casamento. Que nada mais é confirmar os moldes que a sociedade capitalista afirma como moralmente correto: produtivo seguro e sadio.

As igrejas Neopentecostais ao interferirem diretamente no desenvolvimento deste tema dentro das escolas públicas, reforçam os padrões da colonialidade seguindo o modelo tradicional e cristão de instituição familiar, formado pelo pai homem heterossexual, mãe mulher heterossexual e pelos filhos e filhas que deverão perpetuar este padrão, conforme Quijano “cristãos brancos e homens, e presumiam relações heterossexuais como a norma, conseqüentemente classificavam também, as distinções de gênero e a normatividade sexual” (QUIJANO, 2014, p. 306)

Neste sentido a FETEMS tem buscado após as manifestações dos afiliados, Presidentes de SIMTEDs, membros de delegações municipais que participam das Assembleias Gerais, Congressos e Conferências pautar este tema nas negociações com governos sobre políticas educacionais, onde existe ameaças de interferência dos grupos ou igrejas e também promovido formações para amparar e subsidiar profissionais da educação da rede pública de Mato Grosso do Sul.

Sobre as atividades realizadas pela FETEMS trago as entrevistas realizadas com os Diretores/as a respeito deste tema:

Olha a FETEMS, nós (rs) temos um histórico de defender a educação laica e para todos, esse histórico vem de um acúmulo de lutas, não só da nossa federação, mas da nossa Confederação da CNTE, nossa concepção de educação é laica, nós defendemos isso e investimos em debates, seminários, congressos, então nós vamos continuar e é histórico da nossa federação, seja ela Neo ou pentecostal, e até mesmo católica. (Entrevista realizada com: Jaime Teixeira – 62 anos Presidente da FETEMS - novembro de 2022).

A FETEMS ao longo dos seus 43 anos de existência tem mostrado preocupação sobre as interferências nas Políticas Educacionais do MS, quando algum projeto é pautado ou aprovado a nível de estado na Assembleia Legislativa ou em Câmaras Municipais, que afeta de maneira negativa as políticas salariais, a valorização profissional, as condições de trabalho dos profissionais e questões que afetam a Qualidade de Vida, através de nossa organização sindical de base com SIMTEDs em cada município, mobilizamos a categoria de trabalhadores em educação, chamamos para o debate e tensionamos o legislativo e governo para abrir o debate e ouvir a categoria a respeito dos projetos que dizem respeito as Políticas Educacionais.

A FETEMS tem feito o debate, tem feito trabalho de conscientização, tem chamado a responsabilidade do governo, e penso que temos sido vencedores neste debate, não deixamos aqui no MS avançar a política que eles querem para dentro da educação, apesar da pressão que os professores tem sofrido, dentro da Secretaria (SED) também tem adeptos da Escola Sem Partido, mas a gente tem feito resistência. (Entrevista realizada com Roberto Botarelli – Ex- Presidente e Delegado de Base da CNTE - agosto de 2022).

São várias as maneiras da FETEMS e seus SIMTEDs afiliados buscarem meios para que gestores ou legislativos pautem Políticas de Valorização reivindicados pela categoria, a promoção de audiências públicas convocando representantes do governo, legislativo para ouvir a categoria a respeito dos projetos encaminhados para aprovação ou debatidos nas casas de leis.

A resistência da FETEMS, pois tem sido uma luta constante, é de luta nas ruas, é nos espaços onde estas legislações são formadas que são na Assembleia ou nas Câmaras Municipais, a FETEMS esteve no meu município Três Lagoas quando um projeto deste da Escola Sem Partido apareceu na Câmara, ajudou a mobilizar, articular e não deixou o projeto passar. (Entrevista realizada com: Maria Diogo – Secretária de Assuntos Jurídicos - setembro de 2022)

A resistência da FETEMS combatendo grupos, igrejas neopentecostais que interferem inclusive no processo de organização sindical tem se dado de diferentes formas; mas especialmente estando presente nos municípios onde os SIMTEDs enfrentam problemas e reivindicam este apoio, comparece através de membros da Direção Estadual para ajudar a mobilizar.

Com a crescente criminalização dos movimentos sociais, alguns Presidentes/as de SIMTEDs encontram dificuldade em mobilizar e debater determinadas pautas, pois na base onde estão professores e profissionais administrativos em educação filiados tem pessoas desta vertente neopentecostal, que contraria nossa defesa da laicidade da educação e também o respeito a toda pluralidade social e cultural presente nas escolas públicas.

[...] olha eu acredito que tem inclusive Presidentes de SIMTEDs que resiste a este debate, e nós temos que debater, tô gostando do seu trabalho, está colocando o dedo dentro da ferida, não é fácil, acredito que não está sendo fácil pra você também, mas precisamos debater, isso não é coisa de agora, está entranhado na nossa sociedade, vem de séculos, a gente pensa que é passado, mas não, está aí. (Entrevista realizada com: Olinda Conceição – Secretária dos Aposentados da FETEMS- agosto de 2022).

Conforme a manifestação dos/as entrevistados/ as temos observado resistência a este debate da interferência do neopentecocismo nas Políticas Educacionais, inclusive de

alguns Presidentes de SIMTEDs que mesmo não sendo destas igrejas ou grupos, acabam evitando pautar e promover a discussão da temática, pois entre os profissionais filiados na base tem pessoas que compõem estas igrejas ou grupos, o sindicato acaba fazendo unicamente o debate das políticas salariais, como o cumprimento do Piso salarial do Magistério.

[...] eu vejo que nós, e eu me incluo nisso, não trabalhamos isso direito, nós não trabalhamos isso direito, nós só dizemos assim, nós não aceitamos, queremos que o nosso currículo seja independente e tal, mas não trabalhamos efetivamente, não chamamos um debate para dentro de nossas instâncias do movimento sindical, e muitos não se sentem acolhidos, não vem mais porque nós somos contrários a estas posturas e as pessoas que enfrentam também assim não sente aquele apoio nosso, eu vejo que nos falta trabalhar isso. (Entrevista realizada com: Fátima Silva – 56 anos, Ex- Presidenta da FETEMS – Secretaria Geral da CNTE e Vice-presidente da Internacional da Educação para a América Latina - agosto de 2022)

Na percepção da entrevistada acima, a FETEMS e os SIMTEDs afiliados não têm feito a discussão e o aprofundamento, não tem promovido o diálogo e acolhida, inclusive com quem é componente destes grupos ou igrejas neopentecostais, quando as temáticas são referentes a interferência destes grupos ou igrejas, os mesmos já nem participam por saber sermos contrários. Ainda para esta entrevistada os profissionais que combatem esta interferência nas instituições não sentem o apoio da federação.

Neste sentido a pesquisa realizada para elaboração desta dissertação também poderá ser utilizada para fomentar o debate e discussões a respeito do problema apresentado: analisar a interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no processo de organização e valorização dos profissionais da educação da rede pública de MS, precisamos promover estes debates em todas as instâncias deliberativas da FETEMS, desde os sindicatos de base com grupos de filiados de cada SIMTED, nas assembleias gerais da categoria, nos Conselhos de Presidentes e continuar levando nossa posição enquanto entidade classista em todos os espaços de disputa de formulação de políticas educacionais.

É necessário que esta discussão vá além da participação pontual da categoria dos trabalhadores em mobilizações combativas aos Projetos de Lei que surgem nas Câmaras



Municipais e Assembleia Legislativa Estadual. Todas as pautas que trazem retrocesso para a educação pública precisam ser constantemente combatidas, com alerta aos profissionais da educação pública sobre os riscos que estas intervenções trazem, com prejuízos nas políticas educacionais e na carreira dos servidores.

A agenda sindical que é formalizada no Plano de Lutas da entidade, um documento que é debatido e aprovado pela FETEMS e os SIMTEDs em cada congresso estadual, e é realizado de 3 em 3 anos, tem que ser construída trazendo o debate mais aprofundado dos prejuízos que a interferência destes grupos ou igrejas trazem para as Políticas Educacionais.

Importante também promover a acolhida e diálogo com os membros participantes destes grupos ou igrejas e que são filiados nos SIMTEDs afiliados à FETEMS, estes trabalhadores precisam compreender a discussão no todo, a luta corporativa que deve ser realizada pelas entidades classistas, que vão para além da remuneração salarial.

Ainda sobre a interferência dos grupos ou igrejas neopentecostais e maior necessidade de aprofundamento sobre o histórico de organização destas denominações neopentecostais, pois tem avançado no espaço político de tomada de decisão que os mesmos ocupam.

[...] sinceramente eu vou falar uma coisa, nós vamos ter que aprofundar mais um pouco sobre este tema, não é só uma questão dos movimentos de escola, pra mim este movimento Neopentecostal é novo, e nós não estamos atentos a este tipo de comportamento, até o momento que em 2018 teve a explosão desse setor, no Congresso Nacional a bancada da bíblia que a gente fala (..) uma vez eu fiz uma fala “evangélicos em geral” e me corrigiram, pois nem todos os evangélicos pensam assim, não podemos colocar todo mundo no mesmo balaio, por isso eu acho importante a gente começar a estudar melhor, aprofundar, pois é um fenômeno e tá aí e talvez a gente subestimou esta linha de raciocínio. (Entrevista realizada com: Iara Gutierrez Cuellar – Secretária de Saúde da FETEMS - setembro de 2022).

Para a diretora entrevistada é preciso aprofundar para conhecer melhor sobre os grupos ou Igrejas Evangélicas Neopentecostais, pois não podemos generalizar que todos os evangélicos pensam e atuam da mesma maneira, e por isso é preciso estudar mais e compreender melhor. A influência destes grupos nas bancadas políticas tem aumentado e, em 2018 se fortaleceram com a eleição e posse do Presidente Jair Messias Bolsonaro

(2018/2022) que viram nele um representante da pauta religiosa conservadora advinda da cultura hegemônica eurocêntrica.

A cultura eurocêntrica tem origem na Europa Ocidental e foi expandida mundialmente. É considerada hegemônica por conta das conquistas territoriais, difundindo o pensamento burguês da nova estrutura social baseada num padrão mundial de poder capitalista colonial/moderno (QUIJANO, 2005). Esse “padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (QUIJANO, 2005, p. 116) subalterno que não deveria ser considerado.

Nessa linha do padrão colonial, tem que formar pessoas acríticas e passivas, dessa forma, é lançado o Projeto Escola Sem Partido, atentando contra os princípios constitucionais. Mesmo com frágeis fundamentações teóricas, alcançou um nível de capilaridade que não pode ser desconsiderado e para isso “analisar as teias que se entrelaçam nas redes que o sustentam se faz necessário, para que se identifique, se enfrente e aniquile esta ameaça as liberdades constitucionalmente asseguradas.” (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 53) as orientações do movimento Escola Sem Partido estão intimamente ligadas às reivindicações das igrejas evangélicas neopentecostais de decidirem o que os filhos podem aprender e orientando os professores como atuar, contrariando a função da escola pública que precisa ser laica, democrática e plural, promovendo o diálogo e debate para leitura crítica da realidade.

A entrevistada Sueli acredita que esta pesquisa para realização da dissertação de mestrado será muito importante para a FETEMS, pois irá mostrar dados importantes para a atuação sindical.

Olha Ana eu acho assim, é muito importante esta pesquisa que você está realizando para o levantamento de dados sobre a interferência destas igrejas, vamos ter que fortalecer cada vez mais nossa luta em defesa de uma Educação Laica, nós já combatemos muito quando era a Igreja Católica com o Ensino Religioso e agora estamos aí com esta situação, o que a gente tem que continuar afirmando é que todo mundo dentro da escola pode ter a sua religião, mas no currículo ou nas Políticas Educacionais nenhuma pode interferir. (Entrevista realizada com: Sueli Veiga – Diretora de Políticas Educacionais da FETEMS - novembro de 2022)

Neste contexto a identificação de grupos ou igrejas neopentecostais que interferem nas Políticas Educacionais é importante para que a FETEMS possa se articular e mobilizar

combatendo a interferência dos mesmos, seja no Currículo, nas Políticas Educacionais ou nos espaços de tomada de decisão e também de elaboração destas políticas educacionais como Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa ou Congresso Nacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no processo de organização e valorização dos Profissionais da Rede Pública de Mato Grosso do Sul, buscamos verificar estas interferências através de pesquisas realizadas com vinte diretores da Direção Estadual da Federação dos Trabalhadores em Educação/ FETEMS, a pesquisa foi realizada de maneira autoetnográfica, desta maneira relato no decorrer do texto minhas percepções sobre esta influência, minhas percepções são relatadas enquanto Diretora de um Centro de Educação Infantil, Presidente de um Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação e também enquanto componente da Direção Estadual da FETEMS.

Iniciamos esta dissertação apresentando minha trajetória, pessoal, profissional e militância sindical, trouxemos o papel da FETEMS na definição de políticas educacionais, com seu histórico de criação e sua estrutura organizacional, através das entrevistas realizadas, apresentamos como tem sido a atuação da FETEMS no combate a estas interferências, e que ainda é necessário fazer para detê-las.

Apresentamos neste texto quem são as igrejas neopentecostais, como e onde surgiram, como estas igrejas buscam ações em busca de influenciar as políticas educacionais a partir de suas crenças e onde os sujeitos representantes destas igrejas atuam; nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais na proposição ou aprovação de leis que dificultam o trabalho sobre a diversidade com o discurso de demonização das diferenças.

Constatamos que estas interferências se dão nas câmaras municipais, na Assembleia Legislativa e também nas instituições escolares quando conteúdo ou temáticas previstos na matriz curricular sofrem intervenção por parte de pais, alunos e até profissionais da educação, que discordam sobre o trabalho voltados ao reconhecimento e valorização da diversidade.

Percebemos também que estas intervenções têm afetado a qualidade de vida e o bem-estar dos profissionais em educação, pois a condição de viverem sob vigilância, não desempenhar sua função conforme a formação obtida em licenciaturas, tem causado desconforto, adoecimentos e até afastamentos da profissão.

Analisamos a partir da fala dos diretores/entrevistados o papel da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) na resistência a estes grupos ou igrejas neopentecostais e qual a percepção de como tem se dado este combate e o que ainda precisa ser feito.

Consideramos que o estudo das teorias pós críticas e decoloniais foram importantes para compreensão da raiz do conservadorismo implantado em nossa sociedade, com isso esperamos que esta pesquisa seja uma ferramenta na atuação da FETEMS no combate às interferências das Igrejas Neopentecostais nas Políticas Educacionais de Mato Grosso do Sul e nos currículos escolares.

Pretendemos trazer este debate para a base de filiados/as para maior reflexão sobre: Como? e o Porquê? destas interferências, qual a essência ou origem destes grupos ou Igrejas Evangélicas que buscam reproduzir nas escolas públicas a lógica da cultura hegemônica e colonizadora.

Não pretendemos finalizar os estudos sobre as interferências das igrejas Evangélicas Neopentecostais, pois para combater é importante conhecer e aprofundar. Seguiremos atentos e vigilantes, para “in-surgir, re-existir e reviver” (WALSH, 2009).

Estamos finalizando apenas uma análise da interferência das igrejas neopentecostais nas políticas educacionais de MS, mas não pretendemos finalizar com isso a discussão, sabemos que a temática exige maior profundidade de pesquisa e discussão, compreendemos que este trabalho não se esgota aqui, mas permite reflexão sobre as marcas da colonialidade trazidas por estas interferências e como a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul/FETEMS tem atuado juntamente com os Sindicatos Municipais de Trabalhadores em Educação/ SIMTEDs para combater estas interferências.

Como militante do Movimento Social Sindical tenho compreensão que esta luta não irá se encerrar, mas estas reflexões nos fortalecem para que possamos seguir lutando em defesa de uma Educação Pública laica, plural, desmilitarizada, gratuita que acolha e respeite as diferenças.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, T. E; ELLIS, C.; JONES, S. H. **Responsabilidades Autoetnográficas**. *Revisão Internacional de Pesquisa Qualitativa*. 2015;10(1):62-66. doi: [10.1525/irqr.2017.10.1.62](https://doi.org/10.1525/irqr.2017.10.1.62)

APPLE, Michael W. **Políticas Culturais e Educação**. Tradução João Menelau Paraskeva Porto, Portugal: Porto Editora; LDA, 1999.

ARROYO. Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012 (p. 25- 47).

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BACKES, José Licínio. **História escolar no Brasil: uma escola etnocêntrica**. Campo Grande, MS: Revista Série-Estudos, v.24, n.50, p.103-120, jan/abr 2019.

BACKES, JOSÉ LICÍNIO. **Juventudes e ensino médio: tensões e disputas pelos sentidos**. *Acta Scientiarum. Education*: v. 40, e38320-38333, 2018.

BITTAR, Marisa. **Estado, Educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Vol. 2. Ed. UFMS, 1998.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande, MS: Vol. 2. Ed. UFMS, 2009.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora; LDA, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa**. In: CANDAU, V.M.F. (org.) *Diferenças culturais e educação: construindo caminhos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. (59-77).

CANDAU, Vera Maria Ferrão: **Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas**. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas**. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr. 2014

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur-Sur. p. 80-7.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javariana, Instituto Pensar. 2007

CORREIA, Onivan de Lima. **Sindicalismo docente em Mato Grosso do Sul: política salarial da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul** (2013/2019). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2022.

FERNANDES André Machado; GAMA Eros Otavio; FERNANDES, Tiago de Andrade. **As consequências da Contra Reforma na Igreja Católica**. Monografia (Bacharel em Teologia) - a Faculdade de Pindamonhangaba. Pindamonhangaba/SP, 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 62º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Manifesto à Nação**. 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf> acesso em 04 de agosto de 2021.

GARRIDO, Sonia Vasquez. **Interculturalidad: desafios a la acción educativa**. Campo Grande, MS: Revista Série – Estudos. n 9 p. 11-41, junho de 2000.

GONZAGA, Amarildo Menezes. **A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa**. In: PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro, FRANCO, Maria Amélia S. (org.). **Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GUEDES, Neide Cavalcante. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**. Fortaleza, 2021.

GUIMARÃES, M & MEDEIROS, Heitor Queiroz. **Outras epistemologias em Educação Ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: E-ISSN 1517-1256, Ed.Especial, julho de 2016.

GUIRAUD, Luciene. As Relações de Poder na Organização Escolar: um estudo sobre a construção da subjetividade. In: **O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE**. Cadernos PDE, versão online. Curitiba: SEED/PR., 2008. Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2008\\_uf\\_pr\\_ped\\_artigo\\_luciene\\_guiraud\\_veiga\\_ribeiro.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_uf_pr_ped_artigo_luciene_guiraud_veiga_ribeiro.pdf) Acesso em: 17 nov. 2023.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JONES S. H; Adams T. E; Ellis C. (editores). **Handbook Of Autoethnography**. Walnut Creek: Left Coast Press; 2015. 736 p. (Coleção Queer).

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. In: Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur, CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina. Setembro 2005.

LEGRAMANDI, Aline Belle; GOMES, Manuel Tavares. **Insurgência e resistência no pensamento freiriano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória**. São Paulo: Universidade Cidade São Paulo, Revista @mbienteeducação v.12, n.1, jan/abr 2019 p. 24-32.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. In Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MARQUES. José Antonio (org.). Central Única dos Trabalhadores. **Nasce a CUT: embates na formação de uma central classista, independente e de luta**. São Paulo: CUT, 2007.

MENDIETA, Eduardo. **A pós-colonialidade potencializa a democracia**. São Leopoldo. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. n. 431, ano XIII, novembro de 2013. p. 6-13.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Traducción al español: Juan María Madariaga y Cristina Veja Solís, Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur-Sur. p. 33-49.

MIGNOLO, Walter. **Decolonialidade como o caminho para cooperação**. São Leopoldo. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. n. 431, ano XIII, novembro de 2013 p. 21-25

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

NASCIMENTO, Elisangela Castedo Maria do; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. **A Educação Ambiental Pós-Colonial e Ecologia de Saberes**. Anais eletrônicos da III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem/ III Encontro dos Programas de Mestrado Profissionais em Educação e Letras e XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul/2018.



NASCIMENTO, Elisângela Castedo Maria. **Saberes Indígenas e Educação Ambiental: Aprendendo com os Terena da Aldeia Lagoinha no município de Aquidauana – Mato Grosso do Sul**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Currículos em Espaços não Escolares: aprendizagens cotidianas, justiça cognitiva e democracia. In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; PACHECO, José Augusto de Brito. Currículo: entre o comum e o singular. Recife: ANPAE, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed.; Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p 117-142.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CLACSO. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: Clacso, 2014. p. 285-327.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. MASP Afteral. 2019 p.1-12

PEREIRA, Peter Paul; REBOLO, Flavinês. Clima escolar e suas implicações para o trabalho docente. *Série-Estudos*, v.22, p. 93-112, 2017.

RAGETELES, Juliana Pereira; GALVÃO, Ana Carolina Marsiglia. Por una Educación Democrática: una mirada de lucha y resistencia al movimiento “escuela sin partido”. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 31, n.esp.1, esp.072020, p.01-18, dez. 2020,

REBOLO, Flavinês; NOGUEIRA, Eliete Jussara; SOARES, Maria Lúcia de Amorim. **As entrelinhas da relação professor-aluno: notas para se pensar o bem-estar e o mal-estar docente na contemporaneidade**. *Revista Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. N. 29, p. 109-120. Campo Grande, Jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/143/70> Acesso data: 12/04/2023

REBOLO, Flavinês. **Fontes e Dinâmicas do Bem-Estar Docente: os quatro componentes de um trabalho felicitário**. p. 23-60. In: REBOLO, F.; TEIXEIRA, L. R. M.; PERRELLI, M. A. de S. (Org.) *Docência em Questão: discutindo trabalho e formação*. Campinas: Mercado das Letras, 2012

SACAVINO, Susana. **Educação descolonizadora e interculturalidade: notas para educadoras e educadores**. In: Candau, Vera Maria (org.). *Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. (p. 188-204).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 118-141.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

RIBEIRO, Vera Masagão. Escola Sem Partido. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso - Ação Educativa, assessoria, Pesquisa e Informação (org)**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografia: uma alternativa conceitual**. Letras de hoje. Porto Alegre. V. 37. n.º4. p. 57-72, dezembro 2002.

WALSH, Catherine. **Estudos (inter) culturais em clave de-colonial**. Bogotá, Colômbia: Tabula Rasa N. 12 enero/junio 2010. p. 209-227.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In: CANDAU, Vera Maria (Org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções tensões e propostas**. Rio de Janeiro, 7 letras, 2009.

# APÊNDICE

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)**

**Projeto de Pesquisa de Mestrado:** A interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no processo de organização e valorização dos profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul.

**Mestranda: Ana Maria de Oliveira**

**ROTEIRO: ENTREVISTA COM DIRETORES E EX-DIRETORES DA  
 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MATO  
 GROSSO DO SUL**

Nome: \_\_\_\_\_ Tem apelido? \_\_\_\_\_  
 Como gostaria de ser identificado(a) na pesquisa? \_\_\_\_\_  
 Idade? \_\_\_\_\_ Quanto ao genero como você se identifica? Homem – Mulher - Outros \_\_\_\_\_  
 Qual seu estado civil? \_\_\_\_\_  
 Você tem filhos(a)? \_\_\_\_\_ Quantos(as)? \_\_\_\_\_ Qual a idade deles(as)? \_\_\_\_\_  
 Você tem alguma crença religiosa? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_  
 Qual sua formação acadêmica de graduação e qual o ano de conclusão da mesma? \_\_\_\_\_  
 Você fez alguma especialização? \_\_\_\_\_ Qual e em que ano concluiu? \_\_\_\_\_  
 Você fez mestrado? \_\_\_\_\_ Qual e em que ano concluiu? \_\_\_\_\_  
 Você fez doutorado? \_\_\_\_\_ Qual e em que ano concluiu? \_\_\_\_\_  
 Qual o cargo/função que você ocupa na Direção da FETEMS ? \_\_\_\_\_  
 Está a quantos mandatos na Direção da FETEMS? \_\_\_\_\_

Você acredita que grupos/ igrejas Neopentecostais a partir de suas crenças tem tido interferência na organização sindical e na formulação de Políticas Educacionais do estado de Mato Grosso do Sul?

Como estes grupos tem investido/ interferido na formulação de Políticas Educacionais

para a Educação Pública de Mato Grosso do Sul?

Como tem sido a resistência da FETEMS a estas pressões/ interferências destes grupos/ igrejas Neopentecostais?

Você avalia que isto dificulta o debate sobre determinados temas/ assuntos? Quais ?

Existe conflito dentro da FETEMS por conta da intervenção deste grupos/ igrejas e suas crenças na organização sindical?

A ação destes grupos/ igrejas interfere na qualidade de vida dos profissionais da educação da rede pública? De que maneira?

Qual tem sido a atuação da FETEMS sobre este tema: qualidade de vida dos profissionais da educação da rede pública?

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Solalina da Libe, CPF 615.12877-15  
RG 800675 SSP/MS depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 06 de Setembro de 2022.

  
Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira  
Assinatura da Pesquisadora

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Olinda Conceição da Silva, CPF 337 175 671-87  
RG 264 541 SSP/MS depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 31 de agosto de 2022.

Olinda Conceição da Silva

Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira

Assinatura da Pesquisadora

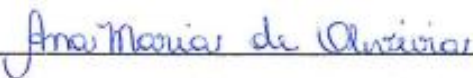
## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Paulo Cesar Lima, CPF 015.466.448-06  
RG 801.410.559/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 28 de setembro de 2022.

  
Assinatura do/a Participante

  
Assinatura da Pesquisadora

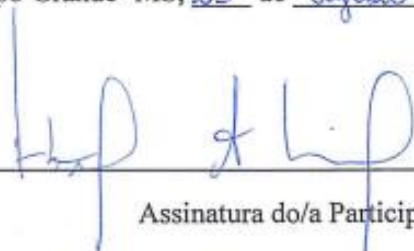



## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Fátima Aparecida da Silva, CPF 409.228481-53  
RG 1032867937RS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 23 de agosto de 2022.

  
Assinatura do/a Participante

  
Assinatura da Pesquisadora

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu GILVANO KUNZLER BRONZONI, CPF 800 559401-10  
RG 731478 598/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 20 de Setembro de 2022.

Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira

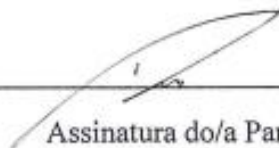
Assinatura da Pesquisadora

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu RENATO PIRES DE PAULA, CPF 028.561.689-73  
 RG 7.143.744-7 SSP/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 20 de Setembro de 2022.

  
 \_\_\_\_\_  
 Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira  
 \_\_\_\_\_  
 Assinatura da Pesquisadora

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Jaime Teixeira, CPF 001.882.628.81  
RG 12.867.599-8880, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 18 de novembro de 2022.

  
Assinatura do/a Participante

  
Assinatura da Pesquisadora

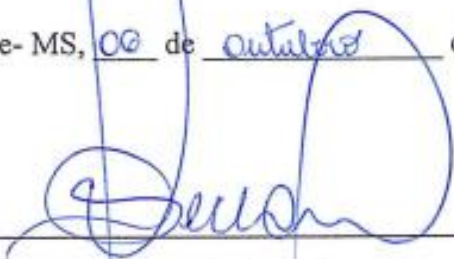
### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Jose Remijo Vecin, CPF 220 043 519,87

RG 930060 SP-PR, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.**

Campo Grande- MS, 06 de outubro de 2022.

  
Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira  
Assinatura da Pesquisadora

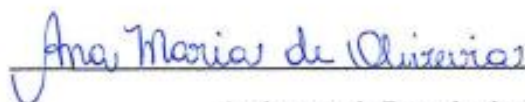
**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Paulo de Rauber Lopes Borges, CPF 44618522000, RG 340508 SSP/MS depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 26 de Agosto de 2022



Assinatura do/a Participante



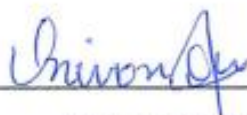
Assinatura da Pesquisadora

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Univon de Lima Correia, CPF 92490697153  
RG 1143900SSP/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 02 de Setembro de 2022.



Assinatura do/a Participante



Assinatura da Pesquisadora

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Sara Gutierrez Cuellar, CPF 39103994104, RG 3478855EMS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 21 de Setembro de 2021.

Suella

Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira

Assinatura da Pesquisadora



**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO**

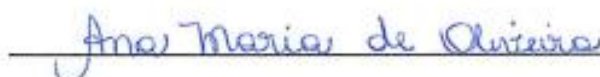
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Apolinário Cândido, CPF 309.204.421-53  
RG 150.006/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 21 de Setembro de 2022.



Assinatura do/a Participante



Assinatura da Pesquisadora

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Dimmurel Batista de Souza R. de Moraes, CPF 085.471.898-23, RG 2.438.635, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 03 de outubro de 2022.

  
Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira  
Assinatura da Pesquisadora

t

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Sueli Veiga Melo, CPF 311.946.051-68, RG: 253366 SSP/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** — a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 18 de novembro de 2022



Assinatura do/a participante

Ana Maria de Oliveira

Assinatura da Pesquisadora

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.

Eu Maria Aparecida, Diego, CPF 367.476.021-53  
RG 321.692.558/MS depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 20 de Setembro de 2022.

Maria Aparecida Diego

Assinatura do/a Participante

Ana Maria de Oliveira

Assinatura da Pesquisadora

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu ADEMAR PLÁCIDO DA ROSA, CPF 156.024.861-99, RG 654.739 SSPS/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 04 de outubro de 2022.



Assinatura do/a Participante

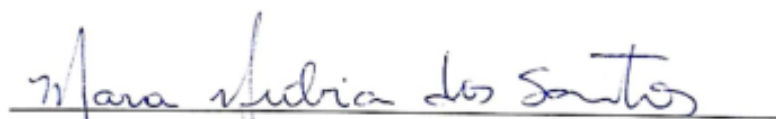


Assinatura da Pesquisadora

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu\_MARA NÚBIA DOS SANTOS, CPF:816.337.931-68, RG\_1003683SSP/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 07 de 12 de 2022.



Assinatura do/a Participante



Assinatura da Pesquisadora

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Maria do Carmo Souza Drumond, CPF293.667.551-99, RG 216.249 SSP/MS , depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 28 de novembro de 2022.



Assinatura do/a Participante

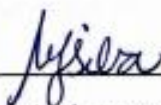


Assinatura da Pesquisadora

**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Maria Joaquina Da Silva, CPF: 608.423.691-04, RG:815323 SEJUSP/MS, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 15 de dezembro de 2022.



Assinatura do/a Participante



Assinatura da Pesquisadora



**CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE GRAVAÇÃO, IMAGEM E UTILIZAÇÃO DE NOMES PRÓPRIOS E CARGOS OCUPADOS NA DIREÇÃO ESTADUAL DA FETEMS.**

Eu Roberto Magno Botareli Cesar, CPF 362.706.959-53, RG 2116845-9, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de gravação e imagem, informação sobre cargos ocupados na Direção Estadual da FETEMS e utilização dos nomes próprios especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora ANA MARIA DE OLIVEIRA, do projeto de pesquisa intitulado: **A Interferência das Igrejas Evangélicas Neopentecostais no Processo de Organização e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Pública: um olhar a partir da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)** – a realizar gravações, fotos e vídeos que se façam necessários, indicando o cargo que ocupo na Direção Estadual da FETEMS e utilizando o meu nome próprio, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização das gravações, fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora desta pesquisa.

Campo Grande- MS, 09 de agosto de 2022.



Assinatura do/a Participante



Assinatura da Pesquisadora